

O ROSTO DO SOCORRO

SÍLVIA RUTE DE FREITAS FÉLIX

Provas para a obtenção do grau de Mestre em Riscos e Proteção Civil

novembro de 2019

Versão Definitiva

ISEC LISBOA | INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
Escola de Tecnologias e Engenharia

Provas para a obtenção do grau de Mestre em Riscos e Proteção Civil

O ROSTO DO SOCORRO

Autor: Sílvia Rute de Freitas Félix

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Oliveira

novembro de 2019

Agradecimentos

Começo por agradecer à minha orientadora de tese, Professora Doutora Ana Paula Oliveira, toda a disponibilidade, dedicação, compreensão e força manifestada ao longo desta jornada. Os desafios que me foram colocando na realização deste trabalho, a partilha de sucessos alcançados e especialmente pelo estímulo constante que contribuiu para a apresentação desta tese final.

Aos professores que lecionaram este mestrado pela transmissão de conhecimentos, competências e experiências ao longo deste percurso académico e que culminaram na elaboração desta tese.

Ao Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC Lisboa), pela oportunidade de realização dum mestrado na área da proteção civil, uma área onde trabalho há mais de vinte anos e que gosto em particular. Aos serviços académicos pela forma eficiente como esclareceram todas as dúvidas colocadas e pela celeridade na resolução de todos os formalismos.

À Câmara Municipal de Nisa, na pessoa da sua Presidente Dra. Idalina Trindade, pela oportunidade de pôr em prática uma parte do projeto idealizado.

Ao Dr. José Manuel Moura pela amizade, pelo estímulo e disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso.

Aos meus colegas de mestrado com quem partilhei alegrias e tristezas ao longo destes quase três anos. Um agradecimento especial à colega Ana Mota pela força e interajuda constante. A todos os meus amigos que desde o primeiro momento me incentivaram na concretização deste projeto.

E por último um agradecimento muito especial à minha mãe a quem devo tudo o que sou hoje. Pelo seu modelo de perseverança, profissionalismo e transmissão de valores que se tornaram um referencial de vida, a quem dedico este trabalho.

Às minhas filhotas pela compreensão das minhas ausências ao longo desta jornada.

Resumo

Numa era que a informação se encontra à distância de um clique morrem dezenas de pessoas por falta de informação.

Depois do incêndio florestal de Pedrogão Grande, a 17 junho de 2017, ao qual ninguém ficou indiferente, temos o dever e a obrigação de contribuir de alguma forma para que tal jamais volte a acontecer. A proteção civil somos todos e temos por isso a obrigação de nos educar/reeducar, também, para o Risco.

Esta dissertação permite validar algum do conhecimento adquirido por senso comum em matéria de informação e sensibilização à população sénior, aferindo a eficácia da informação que lhes chega no âmbito do risco e proteção civil.

O inquérito realizado a 450 cidadãos seniores do concelho de Nisa e de Vila Velha de Rodão permitiu concluir que o desconhecimento sobre os riscos é transversal a género, idade e habilitações literárias. E que a informação não lhes está a chegar, sendo, por isso, urgente mudar o paradigma e realçar a necessidade de uma nova visão.

A implementação prática de processos e hábitos seguros pode, independentemente da sua dimensão, constituir-se num forte desafio. Todos sabemos o quão difícil é mudar mentalidades.

É de certa forma para colmatar uma necessidade identificada que surge o projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”, que aspira ser de cariz nacional e cujo objetivo principal é municiar o cidadão sénior de conhecimentos teórico-práticos tornando-o mais resiliente em situações de catástrofe ou emergência.

Palavras-chave:

Sensibilização, Comunicação, Catástrofes, Envelhecimento, Risco, Resiliência, Proteção Civil.

Abstract

In an age where information is at a click distance dozens of people die for lack of information.

After the forest fire of Pedrogão Grande, on June 17, 2017, to which no one was indifferent, we have the duty and the obligation to contribute in some way so that it will never happen again. We are all civil protection and therefore have the obligation to educate / reeducate, also, to Risk.

This dissertation allows to validate some of the knowledge gained by common sense in information and sensitization to the senior population, gauging the effectiveness of the information that reaches them in the scope of risk and civil protection. The survey of 450 senior citizens from the municipality of Nisa and Vila Velha concluded that the lack of knowledge about the risks is transversal to gender, age and educational attainment. And that information is not coming to them, so it is urgent to change the paradigm and highlight the need for a new vision.

The practical implementation of safe processes and habits can, regardless of their size, be a major challenge. We all know how hard it is to change mindsets.

It is in a way to fill an identified need that arises the project “Today for you tomorrow for us”, which aspires to be of a national nature and whose main objective is to provide senior citizens with practical theoretical knowledge making them more resilient in disaster situations or emergency.

Keywords:

Awareness, Communication, Disasters, Aging, Risk, Resilience, Civil Protection.

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	ix
Índice de Figuras.....	xiv
1. Introdução	1
1.1. Âmbito	1
1.2. Motivação	1
1.3. Problemática.....	1
1.4. Objetivos.....	4
1.5. Metodologia	5
1.6. Estrutura	6
2. Cidadão sénior	7
2.1. Enquadramento histórico.....	7
2.2. Caracterização	8
2.3. As TIC e o cidadão sénior.....	9
2.4. As universidades seniores	10
3. Caracterização da área de estudo	13
3.1. Concelho de Nisa	13
3.1.1. Enquadramento territorial.....	13
3.1.2. Instrumentos de gestão territorial.....	14
3.1.3. Caracterização demográfica e social.....	14
3.1.4. Enquadramento geo-estrutural	17
3.1.5. Relevo.....	18
3.1.6. Vegetação.....	19
3.1.7. Enquadramento climático.....	20
3.1.8. Enquadramento hidrográfico.....	22
3.2. Concelho de Vila Velha de Rodão.....	23
3.2.1. Enquadramento territorial.....	23
3.2.2. Instrumentos de gestão territorial.....	24
3.2.3. Caracterização demográfica e social.....	24

3.2.4. Enquadramento geo-estrutural	26
3.2.5. Relevo.....	27
3.2.6. Vegetação.....	27
3.2.7. Enquadramento climático	27
3.2.8. Enquadramento hidrográfico.....	28
4. Resiliência do cidadão sénior face ao risco	31
4.1. Enquadramento.....	31
4.2. Metodologia aplicada	33
4.3. Resultados dos questionários.....	34
4.3.1. Caracterização sociodemográfica	34
4.3.2. Riscos e proteção civil	37
4.3.3. Formação e sensibilização.....	40
4.3.4. Voluntariado.....	43
4.3.5. Inclusão	44
5. Projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”	47
5.1. Todos somos Proteção Civil – o papel do cidadão	47
5.2. Quando a terra tremer – saiba o que fazer.....	48
5.3. Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade	49
5.4. Primeiros Socorros.....	49
5.5. Incêndios – conhecer para prevenir	50
5.6. Ano Zero	51
5.6.1. Caracterização do grupo de formandos.....	52
5.6.2. Apreciação global da formação.....	52
5.6.3. Considerações gerais.....	55
6. Conclusões.....	59
Referências bibliográficas.....	63
ANEXOS.....	67
Anexo 1 – Inquérito por Questionário.....	67
Anexo 2 – Avaliação da ação de formação.....	75

Índice de Figuras

Figura 1: Índice de envelhecimento por concelho (%) em 2018. Fonte: PORDATA (2019)	3
Figura 2: Freguesias do concelho de Nisa. Fonte: http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2019/01/camara-municipal-de-nisa-lanca.html	13
Figura 3: População residente (número de habitantes) no concelho de Nisa, de 2001 a 2018. Fonte: adaptado de PORDATA – Estimativas anuais do INE (2019).....	15
Figura 4: Densidade populacional, por freguesia, do Distrito Portalegre em 2011. Fonte: adaptado de INE (2011)	15
Figura 5: Índice de envelhecimento em 2011, por freguesia, do distrito de Portalegre Fonte: adaptado de INE (2011)	16
Figura 6: Geomorfologia no concelho de Nisa - Grandes Unidades Estruturais. Fonte: adaptado de http://e-geo.ineti.pt , 2013.....	17
Figura 7: Carta Hipsométrica do concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015).....	19
Figura 8: Carta de declives no concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015).....	20
Figura 9: Valores da temperatura média, média das máximas e valores máximos (1971-2000). Fonte: IM (2014).....	21
Figura 10: Rede hidrográfica do concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015)	22
Figura 11: Freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão. Fonte: adaptado da internet	23
Figura 12: Índice de envelhecimento no concelho de Vila Velha de Ródão. Fonte: PORDATA (2019).....	25
Figura 13: Percentagem de inquiridos por freguesia, no concelho de Nisa.	34
Figura 14: Percentagem de inquiridos por freguesia, no concelho de Vila Velha de Ródão.....	35
Figura 15: Percentagem de inquiridos por idade.....	35
Figura 16: Percentagem de inquiridos por habilitações literárias.	36
Figura 17: Percentagem de inquiridos por situação profissional.....	37
Figura 18: Número de inquiridos que consideram concelho seguro.....	37

Figura 19: Fontes de informação sobre os riscos do concelho.	38
Figura 20: Informação sobre Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.	39
Figura 21: Informação sobre a participação em simulacros.	40
Figura 22: Resposta à questão “sabe o que fazer em caso de calamidade?”	40
Figura 23: Resposta à questão “Em caso de calamidade, sabe qual o local para onde se deve dirigir?”.	41
Figura 24: Nível de conhecimento sobre os riscos do concelho.	42
Figura 25: Informação sobre qual o tipo de formação.	42
Figura 26: Informação sobre a experiência de voluntariado.	43
Figura 27: Informação sobre a área em que gostariam de efetuar o voluntariado.	44
Figura 28: Informação sobre onde reside.	44
Figura 29: Informação sobre segurança da sua residência.	45
Figura 30: Grau de satisfação dos formandos em relação aos conteúdos programáticos e métodos.	53
Figura 31: Grau de satisfação em relação à formadora.	54
Figura 32: Grau de satisfação em relação à organização.	54
Figura 33: Grau de satisfação em relação à avaliação global da ação de formação.	55

Índice de Tabelas

Tabela 1: População residente no concelho de Nisa, por grupos etários em 2011. Fonte: INE (2011).....	16
Tabela 2: População residente no concelho de Vila Velha de Ródão, nos últimos 70 anos. Fonte: INE (2011)	24
Tabela 3: População residente no concelho de Vila Velha de Ródão, por grupos etários Fonte: INE (2011).....	25
Tabela 4: Riscos naturais e humanos nos concelhos de Nisa e Vila Velha de Ródão. Fonte: PDMN (2015) e PMEVR (2012)	32
Tabela 5: Teste Qui-quadrado de Pearson às variáveis “concelho seguro” versus “habilitações literárias”	38
Tabela 6: Descrição da ação de formação “Todos Somos Proteção Civil – o papel do cidadão”	48
Tabela 7: Descrição da ação de formação “Quando a terra tremer – saiba o que fazer”.	48
Tabela 8: Descrição da ação de formação “Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade”	49
Tabela 9: Descrição da ação de formação “Primeiros Socorros”	49
Tabela 10: Descrição da ação de formação “Incêndios – o que fazer em caso de incêndio rural”	50
Tabela 11: Descrição da ação de formação “Incêndios – o que fazer em caso de incêndio urbano”	51
Tabela 12: Análise SWOT da formação.	56

Siglas e Abreviaturas

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
CN – Concelho de Nisa
DGE – Direção-Geral da Educação
DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
ENPCP – Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FC – Fundo de Coesão
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundo Económico Europeu do Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
GNR – Guarda Nacional Republicana
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
INE – Instituto Nacional de Estatística
INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera
LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia
NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAAA – Plano de Ação do Alto Alentejo
PDMN – Plano Diretor Municipal de Nisa
PDMVVR – Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Rodão
PDR – Programas de Desenvolvimento Rural
PMEPC – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT – Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território
PO – Programas Operacionais
PORDATA – Base de dados Portugal Contemporâneo
PROFAA – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo
PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
QREN – Quadro de Referência Nacional

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil

SMS – *Short Message Service* (serviço de mensagens curtas)

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UTI – Universidades da Terceira Idade

ZCI – Zona Centro Ibérica

ZOM – Zona da Ossa Morena

1. Introdução

1.1. Âmbito

Perante uma catástrofe ou acidente grave está comprovado que a primeira ajuda vem daqueles que estão mais perto. O conhecimento incrementa no indivíduo a autoajuda e a adoção de medidas de autoproteção, potenciando o auxílio ao seu semelhante.

Inserindo-se no âmbito da sensibilização e comunicação, áreas prioritárias da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, de 30 de outubro), este trabalho pretende contribuir para o incremento da resiliência do cidadão sénior face ao risco, melhorando a sua preparação e o seu conhecimento, tornando-o mais invulnerável.

1.2. Motivação

Numa era que a informação se encontra à distância de um clique morrem dezenas de pessoas por falta de informação.

Depois do incêndio florestal de Pedrogão Grande, a 17 junho de 2017, ao qual ninguém ficou indiferente, temos o dever e a obrigação de contribuir de alguma forma para que tal jamais volte a acontecer. A proteção civil somos todos e temos por isso a obrigação de nos educar/reeducar, também, para o Risco.

Este trabalho pretende refletir essa pequena contribuição, pois como dizia Madre Teresa de Calcutá *“O que eu faço é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano será menor”*.

1.3. Problemática

O incremento e severidade dos desastres naturais, o aquecimento global, e consequente diminuição dos glaciares e calotes polares pelo derretimento do gelo, a seca e as ondas de calor são, cada vez mais, uma realidade comprovada. As alterações climáticas representam hoje um dos maiores, senão o maior, desafio do Homem.

“Algumas das consequências previstas são, para além dos fenómenos meteorológicos extremos, a escassez de água, a insegurança alimentar devida às secas e à desertificação, o aumento do nível das águas do mar, novos riscos sanitários e pressões migratórias” (Ganilho 2011). Segundo o Nobel da Paz Rajendra Pachauri, *“Portugal pode mudar drasticamente em meio século, com as alterações climáticas a tornarem o país mais desértico, a afetarem as praias, a agricultura, a pesca e até o vinho.”* Ao mantermos uma atitude inerte e apática perante esta questão corremos o risco de sermos expostos a eventos climáticos extremos e imponderáveis. *“Só o futuro nos dirá se nos mostrámos demasiado alarmistas ou, pelo contrário, demasiado pusilânimes para com os atuais “desvarios” do planeta Terra. Em todo o caso, parece razoável adotar o princípio da precaução, e antecipar e mitigar tais alterações”* (Maalouf 2009). É, pois, urgente encontrar formas de *“cooperação entre regiões e países, designadamente nas áreas da mitigação, adaptação e monitorização das alterações climáticas, segurança alimentar e redução dos riscos de catástrofe”* (Ganillo 2011). É, também, fundamental aumentar o grau de preparação para resposta e recuperação e assim reforçar a resiliência, como refere a quarta prioridade do Marco de Sendai 2015-2030, sobre a redução do risco de catástrofes (Sendai 2015). Deste modo, é imperioso a sensibilização e informação das populações.

A ENPCP (Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, de 30 de outubro) define cinco objetivos estratégicos, que alinhados com as prioridades do Marco de Sendai (Sendai 2015) reforçam a necessidade de melhorar a preparação face à ocorrência de riscos e envolver os cidadãos no conhecimento dos mesmos.

Portugal é hoje um País envelhecido. Segundo um relatório apresentado pelo Eurostat (outubro 2019) Portugal é um dos cinco Países mais envelhecidos do mundo. Prevê-se que em 2030 Portugal passe para o terceiro País mais envelhecido e em 2050 atingirá o topo da lista. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE 2019) (o envelhecimento em Portugal acentuou-se na última década. O índice de envelhecimento passou de 27,5% em 1961 para 157,4% em 2018 (INE 2019) (PORDATA 2019). A problemática do envelhecimento fica mais patente à medida que nos deslocamos para o interior do País (Figura 1). De salientar que Vila Velha de Rodão (concelho de Vila Velha de Rodão, distrito de Castelo Branco) e Alcoutim (concelho Alcoutim, distrito de Faro) são os municípios onde o índice de envelhecimento é mais elevado,

respetivamente, 671,5% e 666,0% em 2018 (PORDATA 2019). Enquanto os municípios de Ribeira Grande e Lagoa, ambos na Região Autónoma dos Açores, registaram em 2018 os menores índices de envelhecimento, respetivamente, 41,8% e 68,3% (PORDATA 2019).

Segundo Coelho (2016), em Portugal, *“a representatividade da população maior de 65 anos é considerável, tendencialmente crescente, o que constitui um desafio para as políticas sociais”*.

A Guarda Nacional Republicana (GNR), através da operação censos sénior 2017, sinalizou mais idosos a viver sozinhos ou isolados, tendo os números quase triplicado nos últimos cinco anos (GNR 2017).

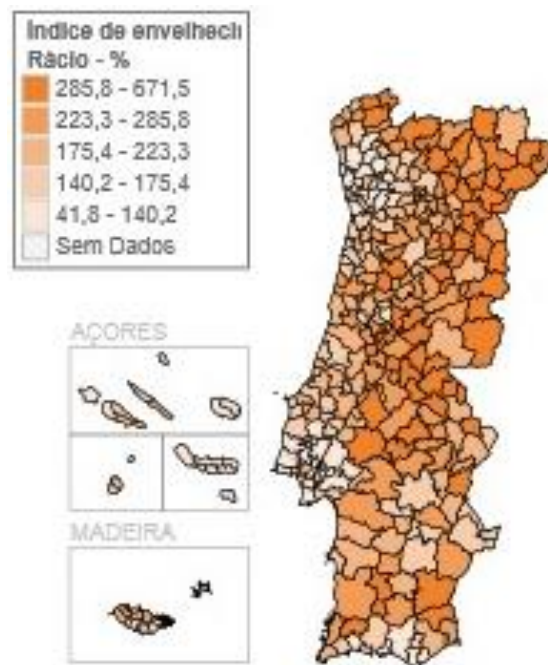


Figura 1: Índice de envelhecimento por concelho (%) em 2018. Fonte: PORDATA (2019)

Este envelhecimento da população nacional é consequência de diversos fatores, nomeadamente: (1) no interior, devido do êxodo rural dos mais jovens para as grandes cidades e para o estrangeiro em busca de melhores condições de vida; (2), nos grandes centros urbanos devido a situações familiares deficitárias; e (3) ao decréscimo da taxa de natalidade e aumento da esperança média de vida (INE 2019).

Segundo Coelho (2016), o fenómeno de envelhecimento *“encerra em si duas dimensões da dinâmica demográfica, a diminuição de jovens e o aumento de idosos,*

ambas com influência nos determinantes da tomada de decisão política em setores como o económico e financeiro, de educação e mesmo de segurança e defesa”.

Portugal é dos Países que mais maltrata os seus idosos, sendo estes muitas vezes alvo de *bullying* social unicamente devido à idade.

Este fenómeno social é, à semelhança das alterações climáticas, um dos grandes desafios deste século.

Por outro lado, têm-se verificado um desenvolvimento global das tecnologias de informação e comunicação. E como sabemos esta tecnologia é desafiadora para a maioria dos idosos.

Segundo Porém e Guaraldo apud Choo (2012), informação e comunicação podem ser considerados elementos imprescindíveis para todos os que procuram construir conhecimentos a ponto de se tornarem bem informados e capazes de ter uma perceção e discernimento diferentes sobre os ambientes em que convivem e com as pessoas com quem se relacionam.

“A defesa do direito e das aspirações das populações a uma maior segurança pressupõe a implementação de medidas efetivas de avaliação e mitigação dos riscos, tanto por parte dos agentes com responsabilidades (por exemplo, as comunidades científicas e política), como pela sociedade civil, na ação individual/de grupo” (Machado 2012).

Aliado ao facto de os idosos de hoje serem muito diferentes dos idosos de outras gerações e aproveitando os desafios inerentes ao século XXI este trabalho apresenta um projeto criado a pensar sobretudo nestes novos idosos.

1.4. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo principal criar linhas orientadoras, percebidas como um contributo para delinear uma estratégia que culmina com a implementação do projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”, por forma a incrementar uma cultura de segurança proactiva para o risco, envolvendo os cidadãos seniores. Para tal, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- i) avaliar a vulnerabilidade humana em dois concelhos de Portugal – concelho de Nisa (distrito de Portalegre) e concelho de Vila Velha de Rodão (distrito de Castelo Branco);
- ii) identificar os riscos naturais e tecnológicos existentes em cada concelho;
- iv) indagar o conhecimento em matérias de autoproteção e definição de prioridades;
- v) transmitir informação e formação em parceria com universidades seniores.

1.5. Metodologia

A metodologia segue a estrutura base do método científico: fazer uma pergunta, fazer uma revisão bibliográfica, formular uma hipótese, realizar a hipótese e validá-la, ou não, através da análise dos resultados.

Para responder às questões:

- Irá a política de proteção civil ao encontro da população idosa no que concerne às orientações nacionais e internacionais face ao aumento da sua resiliência?
- Estará o cidadão sénior disponível para integrar de forma proactiva a política de proteção civil?
- De que forma podemos contribuir para o aumento da sua resiliência face ao risco?

Foram definidos os seguintes momentos metodológicos:

- i. Revisão bibliográfica e documental para fundamentar a problemática;
- ii. Revisão bibliográfica e documental para caracterização da área de estudo e identificação dos principais riscos envolvidos;
- iii. Realização de um inquérito, a nível concelhio, aos cidadãos seniores;
- iv. Tratamento estatístico, através do software SPSS® (*Statistical Package for Social Sciences*), dos dados obtidos no inquérito de forma indutiva pela análise estatística desenvolvida e formulação das respetivas conclusões;
- v. Elaboração de um plano formativo/dossier pedagógico para ser ministrado em parceria com universidades seniores, dando início à implementação do projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”.

1.6. Estrutura

Esta dissertação está dividida em seis capítulos.

No primeiro capítulo, Introdução, descreve-se a caracterização geral do estudo, identificando-se o âmbito, motivações, problemática, objetivos gerais e específicos, metodologia e, por fim, a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, Cidadão sénior, faz-se um enquadramento histórico do cidadão sénior. De seguida, faz-se uma breve caracterização onde se expõem algumas formas de definir/classificar a velhice. O capítulo prossegue com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o cidadão sénior onde se procura descrever os principais constrangimentos. Por último, são abordadas as universidades seniores como principal veículo de transmissão de conhecimentos ao cidadão sénior.

No terceiro capítulo, Caracterização da área de estudo, apresenta-se o enquadramento e instrumentos de gestão territorial, a caracterização demográfica e social, o enquadramento geoestrutural, climático e hidrográfico dos dois concelhos em estudo, bem como dos principais riscos envolvidos.

No capítulo quatro, Resiliência do cidadão sénior face ao risco, apresenta-se o estudo de caso, explica-se como se procedeu ao levantamento dos dados que servem de base à aplicação do inquérito, bem como a base do seu tratamento estatístico. É também feita a análise dos dados e procede-se à análise e discussão dos resultados obtidos.

No capítulo cinco, Projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”, apresenta-se o projeto e um breve resumo da partilha de experiências vivenciadas na ministração de informação/formação no ano zero da universidade sénior de Nisa.

No capítulo seis, Conclusões, expõem-se as principais conclusões do trabalho e apresentam-se sugestões de melhoria.

2. Cidadão sénior

2.1. Enquadramento histórico

A velhice tem sido vista ao longo da história como tendo um papel positivo ou negativo na sociedade dependendo do momento histórico em que se enquadra. O envelhecimento é um processo inelutável, o destino biológico do Homem, e é vivido de forma versátil consoante o contexto em que se insere.

Do ponto de vista sociológico, houve sempre alguma ambiguidade sobre a velhice. Enquanto nalgumas civilizações, na pré-história, os idosos eram votados ao abandono, afastados do poder e dos rituais, sendo a velhice um estágio de decrepitude e uma fonte de sofrimento, noutras ocupavam um lugar social de destaque, sendo muitas vezes os líderes, aqui a velhice era vista como uma fonte de sabedoria e prestígio. A idade cronológica indicada pela “velhice” pode, pois, variar tanto cultural quanto historicamente. Infelizmente, há sempre um estigma associado a “pessoas idosas” e “velhice”, e é por isso que culturas diversas em todo o mundo sentem a necessidade de encontrar eufemismos.

A sociedade cria os seus próprios valores, e a velhice só poderá ser compreendida na sua totalidade se tivermos em conta que esta não representa somente um facto biológico, mas também um facto cultural. *“O envelhecimento humano, cada vez mais, é entendido como um processo influenciado por diversos fatores, como gênero, classe social, cultura, padrões de saúde individuais e coletivos da sociedade, entre outros”* (Schneider e Irigaray 2008).

Segundo Pocinho (2007), com a *“crise do Antigo Regime, no séc. XX, produziu-se uma rutura com os valores tradicionais. Emerge, então, uma ideologia que deixa de considerar o idoso como um trabalhador com experiência e conhecimento acrescido, com capacidade para transmitir esse seu conhecimento, e passa a vê-lo como um incapaz, um exausto e um portador de faculdades diminuídas, com condições desfavoráveis para o emprego. Esta situação leva à marginalização, que, por sua vez, leva à passividade e conseqüente falta de motivação, que lhes impede a autopromoção e os impulsiona à dependência”*.

Segundo Frazão (2016), o *“olhar social sobre a velhice traduz-se em representações que promovem a criação de estereótipos, e a discriminação dos mais velhos, o “idadismo” onde a velhice sendo a última fase do ciclo de vida, tem uma representação social, condicionada por múltiplos fatores, mas onde se sobrevaloriza o visível, o material, o externo, em detrimento do subjetivo e dos valores associados ao que os idosos são e sentem e não ao que eles têm”*.

As atitudes da sociedade face à velhice e aos idosos são, sobretudo, negativas, sendo estes muitas vezes vítimas de *bullying* social.

“O envelhecimento populacional é uma realidade incontornável que cria problemas económicos graves, no sentido em que há um crescimento da população reformada e diminuição da população ativa, além de potenciar o aumento da instabilidade social em sociedades que não estão preparadas para cuidar das suas pessoas mais velhas. A tendência de envelhecimento das populações tem tido claras ligações a situações de solidão extrema e mesmo de exclusão social, nas camadas idosas, que nem sempre têm razões económicas” (Rosa 2012).

2.2. Caracterização

Quando alguém atinge 65 anos de idade, é categorizado como um idoso, mesmo que essa pessoa não se reconheça como sendo velha ou sénior. Isso acontece por razões utilitárias, portanto, é apenas uma construção social em vez de um estágio biológico definitivo.

Existem diversas formas de definir a velhice:

- a preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é baseada na idade cronológica, na qual a definição de idoso inicia aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento;

- a proposta pelo comité das sociedades Gerontológicas e Geriátricas do Japão, que reclassifica a velhice em três grupos: pré-velhice, referente a pessoas entre os 65 e os 74 anos de idade; velhice, para aqueles com idades entre os 75 e os 90, e super-velhice para o grupo de "superidosos", aqueles com mais de 90 anos de idade (La Vanguardia 2018);

- atualmente, os especialistas no estudo do envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos. *“O termo idosos jovens geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam estar ativas, cheias de vida e vigorosas. Os idosos velhos, de 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, de 85 anos ou mais, são aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar algumas atividades da vida diária”* (Schneider e Irigaray 2008 apud Papalia, Olds & Feldman 2006).

Segundo Rosa (2012), *“o sénior atual nada tem a ver com o tradicional estereótipo do indivíduo que se reformou e se entregou ao conforto do sofá, curvado, de bengala na mão, manta nos joelhos e a olhar para o horizonte, dia após dia, esperando o inevitável. O sénior atual é um indivíduo que mantém a sua vontade de continuar ativo, após a chegada da reforma, procurando muitas vezes uma «continuidade de trabalho informal, trabalho a tempo parcial, e não apenas entre os trabalhadores independentes e os rurais»”*.

As mudanças sociais de proteção à velhice contribuíram, entre outras, para fazer emergir a categoria social autónoma de terceira idade, conceito que pretende romper com a imagem de velhice, associada à decadência, à dependência e às doenças. Pretende-se que esta nova velhice, “terceira idade”, seja *“mais autónoma e criativa, adquira um estilo de vida saudável, dinâmico, participativo e que previna o envelhecimento intelectual, físico e psíquico, adquirindo estilos de vida saudáveis, nomeadamente alimentação, exercício físico e participação ativa na comunidade”* (Durão 2012 apud Veloso 2011).

2.3. As TIC e o cidadão sénior

Segundo Varela (2012), a evolução e difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o envelhecimento da população têm vindo a ocorrer em paralelo. O contexto social e histórico no qual os idosos cresceram, não estava repleto de tecnologia. Hoje em dia, a realidade é outra e, como o acesso fácil a “tablets” e computadores, começa-se desde cedo a ter contacto com as tecnologias de informação. A internet e as novas tecnologias, criaram uma nova forma de obter

informação, estimular o raciocínio, proporcionar momentos de lazer e socialização, no entanto, também geraram uma nova forma de exclusão, a exclusão digital (Varela 2012).

Mas se por um lado o avanço tecnológico permitiu o acesso a informação e conhecimento, por outro serviu de meio de difusão de novas formas de desinformação.

São os cidadãos seniores as maiores vítimas desta exclusão devido essencialmente, às limitações impostas pela idade por um lado, e devido à inacessibilidade por outro, não conseguem acompanhar os avanços tecnológicos que ocorrem de forma galopante nos dias de hoje. *“Atualmente a inclusão digital é vista como uma forma de inclusão social, porque através das tecnologias de informação e comunicação é possível: uma participação mais ativa na sociedade; diferentes formas de acesso à informação e um melhor desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, dos sujeitos”* (Varela 2012).

Segundo Varela (2012) apud Bulla, Santos e Padilha, (2003), *“a participação em atividades coletivas pode contribuir para mudar significativamente a vida dos idosos no que diz respeito a aspetos ligados ao fortalecimento da autoestima, da identidade, do desenvolvimento das potencialidades, da autonomia e da superação de problemas físicos, emocionais e sociais.”*

2.4. As universidades seniores

As Universidades da Terceira Idade (UTI) estão inseridas no conceito de educação permanente, proposto pela UNESCO, considerando-se que a *“aprendizagem deve estar presente ao longo de toda a vida, de forma constante e interativa para acompanhar as mudanças rápidas e contínuas da nossa sociedade”* (Rosado 2018, apud Cachioni & Palma 2006, cit. por Jacob 2015).

Segundo Rosado (2018), existem UTI por todo o País surgindo estas *“como a resposta socioeducativa desenvolvida em equipamentos. São um modelo de formação para os mais velhos, com grande sucesso a nível nacional e que lhes proporciona um grande leque de atividades, nomeadamente culturais, recreativas, científicas e de aprendizagem”*.

Segundo Antunes (2017), *“educar na terceira idade parece-nos cada vez mais um processo que consiste em utilizarmos todos os recursos existentes de modo a que os idosos possam continuar o seu processo de desenvolvimento e plena realização, desenvolvendo-se segundo uma perspetiva de aprender a aprender, promovendo uma [...] estimulação do pensar, do fazer, do dar, do trocar, do reformular [...]”*.

Segundo a RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade), existem atualmente 236 Universidades ou Academias da Terceira Idade (membros) com mais de 38000 alunos seniores e 4500 professores voluntários. Sendo um dos principais objetivos da RUTIS promover o envelhecimento ativo e as Universidades Seniores e incentivar a participação social dos mais velhos na sociedade.

Como diz Slovic (2000), *“os seres humanos inventaram o conceito de risco para os ajudar a compreender e a lidar com os perigos e as incertezas”*. O risco é uma realidade para a vida em sociedade. Desde aos acidentes tecnológicos, aos riscos naturais provocados pelas alterações climáticas, acidentes de viação aos acidentes domésticos, estes estão sempre presentes no nosso quotidiano.

Sobre a relação entre vulnerabilidade e risco, Janczura (2012) afirma que, frente a situações adversas, o *“comportamento dos sujeitos perante esses eventos depende de sua vulnerabilidade”*, ou seja, há uma *“predisposição ou mesmo resposta pouco adequada à situação”*. O risco é uma vulnerabilidade, e como tal, desafia-nos na busca de soluções. Conhecer, avaliar e evitar o risco desnecessário reforçam a tomada de consciência e a decisão informada.

O referencial de educação para o risco resultante de um protocolo entre a Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), estipulado no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, propõe-se contribuir para a concretização da educação para o risco, no quadro da Educação para a Cidadania para crianças e jovens que frequentem o 1º, 2º e 3º ciclos. Não havendo um referencial que contemple o cidadão sénior.

Segundo Antunes (2017), *“a educação na terceira idade torna-se, assim, um instrumento poderoso para aquisição de conhecimentos que permitem uma melhor adequação a esta fase da vida, envolvendo atividades físicas, artísticas e culturais, programas de preparação para a reforma e integração na sociedade, estabelecimento*

de novos laços relacionais e afetivos, e neste sentido, dado que prepara para velhice a educação na terceira idade é tão importante como a que prepara o jovem para a idade adulta, evidenciando-se aqui que a educação é um compromisso ao longo da vida”.

A sociedade está cada vez mais atenta às suas vulnerabilidades, aos riscos a que estão sujeitas e passam a procurar práticas de gestão que permitam um aumento do conhecimento de forma a diminuir as vulnerabilidades. É neste contexto que surgem as universidades seniores como um dos possíveis vínculos de transmissão de conhecimentos nesta área.

Os alunos devem, de preferência, ter idade igual ou superior a 50 anos para frequentar as aulas e as atividades das Universidades Seniores. Motivo pela qual escolhemos para público alvo homens e mulheres com idade igual ou superior a 50 anos.

3. Caracterização da área de estudo

3.1. Concelho de Nisa

3.1.1. Enquadramento territorial

O concelho de Nisa (CN) é um dos quinze concelhos do distrito de Portalegre. Localizado no Norte da região Alentejana, abrange uma área de 575,68 km². Este concelho encontra-se, desde 2013, subdividido em sete freguesias: Alpalhão, Arez e Amieira do Tejo, Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, Montalvão, Santana, São Matias e Tolosa. É um concelho de características rurais, onde a população reside em locais isolados ou aglomerados de pequenas dimensões.

Quanto ao enquadramento territorial do CN, o mesmo é limitado pelo concelho de Vila Velha de Rodão a Norte e a Oeste, por Espanha a nordeste, por Castelo de Vide a Sudeste, por Crato a Sul, por Gavião a Sudoeste e por Mação a Noroeste (Figura 2). A delimitação administrativa do CN é também influenciada por elementos naturais, nomeadamente pela rede hidrográfica que se assume em algumas zonas como fronteira natural destacando-se, a Norte, o Rio Tejo que marca a transição entre o norte e o sul de Portugal Continental.



Figura 2: Freguesias do concelho de Nisa. Fonte:

<http://noticiasdecastelodevide.blogspot.com/2019/01/camara-municipal-de-nisa-lanca.html>

3.1.2. Instrumentos de gestão territorial

Segundo o Plano Diretor Municipal do Concelho de Nisa (PDMN 2015), a política de Ordenamento do Território é orientada por um quadro de estratégias e políticas, delineadas por um conjunto de planos e programas de nível nacional e regional. O PDMN é um instrumento fundamental na gestão do território municipal, definindo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município de Nisa, assumindo-se como o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, nomeadamente, o Plano de Ação do Alto Alentejo (PAAA), o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), a Carta Educativa e a Agenda 21 Local (PDMN 2015).

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) e o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROFAA) estabelecem as diretrizes a considerar no ordenamento municipal, nomeadamente a “Integração Territorial e Abertura ao Exterior”, a “Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural”, a “Diversificação e Qualificação da Base Económica” e a “Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural”, bem como as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais (PDMN 2015).

De salientar a concretização das políticas e/ou estratégias definidas no Quadro de Referência Nacional (QREN) 2014 a 2020 e o Fundo Económico Europeu de Investimento (FEEI) para o período de 2015 a 2020. O modelo de governação do FEEI faz-se através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos Programas Operacionais (PO) e Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

3.1.3. Caracterização demográfica e social

A fim de caracterizar o CN em termos demográficos e sociais recorreu-se às estatísticas demográficas mais recentes, fornecidas pelos Censos 2011 (INE 2011).

Em termos demográficos, o CN apresenta, de forma genérica e à semelhança das restantes regiões do interior alentejano e de Portugal, uma tendência de despovoamento (Figura 3), que é motivada, em grande parte, pela fraca

competitividade económica da região e reduzida oferta de trabalho, o que motiva a população a sair do concelho, sobretudo a população mais jovem.

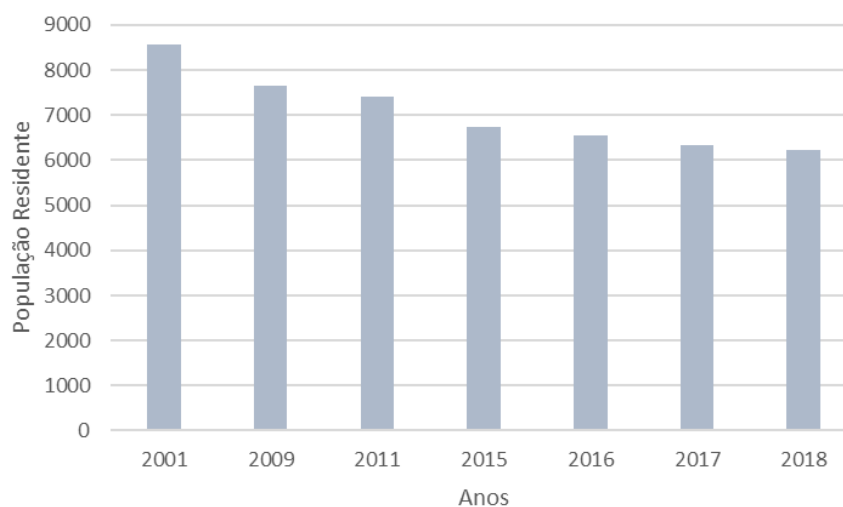


Figura 3: População residente (número de habitantes) no concelho de Nisa, de 2001 a 2018. Fonte: adaptado de PORDATA – Estimativas anuais do INE (2019)

Face aos dados apresentados na Figura 3, importa realçar que, na última década, a dinâmica demográfica do concelho acompanhou a tendência de decréscimo da população residente registada entre 1981 e 2001 (INE 2011). Nas últimas duas décadas verificou-se um decréscimo de cerca de 27% da população residente no CN, 7% dos quais nos últimos três anos

Em termos de densidade populacional, verifica-se que as freguesias de Arez e Amieira do Tejo e Montalvão apresentam o valor mais baixo, 2-10 hab/km² (Figura 4).

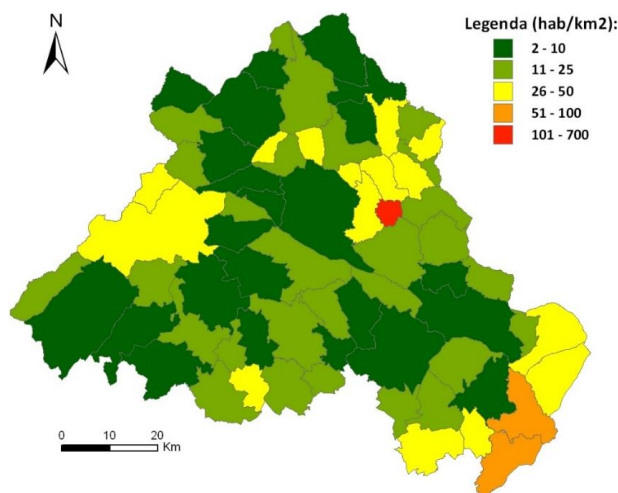


Figura 4: Densidade populacional, por freguesia, do Distrito Portalegre em 2011. Fonte: adaptado de INE (2011)

Nas freguesias de Arez e Amieira do Tejo Montalvão, Santana, São Matias e São Simão a população residente caracteriza-se por ser significativamente envelhecida (Tabela 1), na medida em que o índice de envelhecimento é superior a 50% dos residentes.

Tabela 1: População residente no concelho de Nisa, por grupos etários em 2011. Fonte: INE (2011)

Unidade Geográfica	População Residente	0-14 Anos		15-24 Anos		25-64 Anos		65 e Mais Anos	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Alpalhão	1.238	126	10,2	97	7,8	603	48,7	412	33,3
Amieira Tejo	241	22	9,1	17	7,1	78	32,4	124	51,5
Arez	256	19	7,4	14	5,5	106	41,4	117	45,7
Espírito Santo	1.861	208	11,2	135	7,3	927	49,8	591	31,8
Montalvão	442	18	4,1	13	2,9	136	30,8	275	62,2
Nª Sra. Graça	1.590	185	11,6	151	9,5	831	52,3	423	26,6
Santana	404	12	3,0	12	3,0	134	33,2	246	60,9
São Matias	289	15	5,2	9	3,1	89	30,8	176	60,9
São Simão	118	0	0,0	4	3,4	31	26,3	83	70,3
Tolosa	1.011	100	9,9	77	7,6	455	45,0	379	37,5
Concelho Nisa	7.450	702	9,5	529	7,1	3.390	45,5	2.826	37,9

Obs: somente em 2013 houve a agregação de freguesias de Amieira do Tejo e Arez e de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

O fenómeno do envelhecimento, transversal a todo o território do distrito de Portalegre, incide com maior gravidade sobre as freguesias do Norte, ou seja, concelho de Nisa (Figura 5). Três freguesias deste concelho – Montalvão, Santana e São Matias – apresentam um índice de envelhecimento superior a 1000, ou seja, o número de indivíduos com idade superior a 65 anos é superior ao décuplo da população com menos de 14 anos de idade.

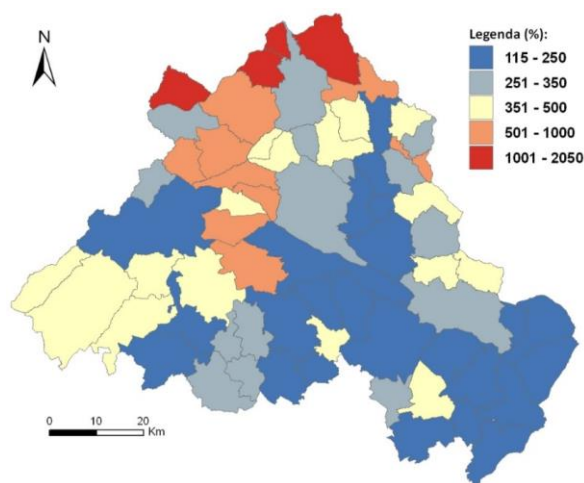


Figura 5: Índice de envelhecimento em 2011, por freguesia, do distrito de Portalegre Fonte: adaptado de INE (2011)

Tal como em toda a região do Alentejo, a população residente no CN tem vindo a diminuir consequência dos fenómenos migratórios, êxodo rural dos mais jovens para os centros urbanos do litoral e estrangeiro (Nisa em rede – Diagnóstico Social, 2015).

3.1.4. Enquadramento geo-estrutural

No que concerne às características geomorfológicas, o distrito de Portalegre contém ocorrências únicas no território nacional, que se identificam em duas áreas bastante distintas, representativas de duas grandes Unidades Geoestruturais do território português: a Zona Centro Ibérica (ZCI) e a Zona da Ossa Morena (ZOM) pertencentes ao Maciço Hercínico. A separar estas duas zonas ocorre a Faixa Blastomilonítica, materializada pelo cavalgamento de Portalegre que se prolonga até Ferreira do Zêzere. A oeste ocorre também parte da Bacia Terciária do Tejo e Sado (Figura 6).

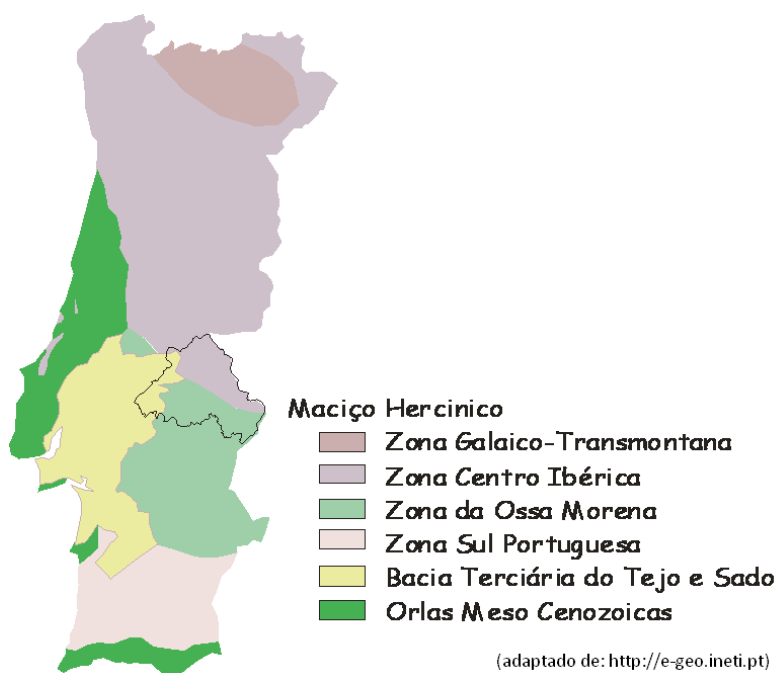


Figura 6: Geomorfologia no concelho de Nisa - Grandes Unidades Estruturais. Fonte: adaptado de <http://e-geo.ineti.pt>, 2013

As áreas pertencentes ao maciço antigo e que se subdividem nas zonas ZCI e ZOM possuem traços comuns de evolução e caracterização, diferem no que respeita ao seu relevo. Assim, os terrenos inseridos na ZCI apresentam características mais montanhosas, em contrapartida os terrenos inseridos na ZOM, apresentam

características mais aplanadas típicas da peneplanície alentejana. A união de freguesias de Arez e Amieira do Tejo insere-se na ZCI, onde a litologia presente é, à semelhança das freguesias do sul do CN, de natureza essencialmente granítica contrastando com a litologia das freguesias do norte do concelho que são de natureza metassedimentar.

Segundo Prazeres (2011), o Maciço de Nisa *“encontra-se associado a várias ocorrências minerais, para além das de urânio, tais como fósforo e tungsténio, e ainda rochas ornamentais e industriais que têm sido exploradas e objeto de prospeção”*, tendo este sido alvo de cartografia detalhada no início da exploração mineira de urânio. *“As formações aflorantes na região envolvente de Nisa vão desde o Câmbrico (formações metassedimentares) até ao Pliocénico (depósitos de cobertura) e ainda depósitos modernos de vertente”* (Prazeres 2011).

O Maciço granítico de Nisa contacta com o granodiorito da Amieira do Tejo. O granito de Nisa é porfiroide de grão grosseiro, monzonítico de duas micas, e possui a particularidade de apresentar megacristais de feldspato (Prazeres 2011).

Na freguesia de Arez e Amieira do Tejo distinguem-se as litofácies de São José das Matas e da Amieira do Tejo (PDMN 2015).

3.1.5. Relevo

O concelho de Nisa é, em termos de geomorfologia, *“uma região pouco acidentada que se enquadra na peneplanície do maciço antigo, ligeiramente inclinada para Ocidente”* (PDMN 2015) Nisa espelha, em termos geomorfológicos, um contraste entre a parte norte e a parte sul, que resulta numa diferenciação de utilização, formas e funções da sua paisagem (Figura 7). A Sul observa-se uma superfície bastante aplanada quase sem vertentes, com grande importância para o uso agrícola onde emergem rochas de natureza granítica de dimensão e densidade variáveis. Na parte norte, a superfície é mais acidentada, com altitudes superiores a 460 m e as vertentes apresentam declives superiores a 25%, com vales encaixados e declives acentuados, fruto da erosão do rio Tejo e seus afluentes. A paisagem tem carácter diversificado, aflorando rochas de natureza xística. Revela ausência de atividade humana e abandono das técnicas agrícolas.

Os pontos de maior altitude encontram-se na crista quartzítica de S. Miguel, enquanto os de menor altitude estão relacionados com o rio Tejo.

As faixas adjacentes ao rio Tejo caracterizam-se por vertentes íngremes, declives superiores a 25% e encostas com forte interesse paisagístico.

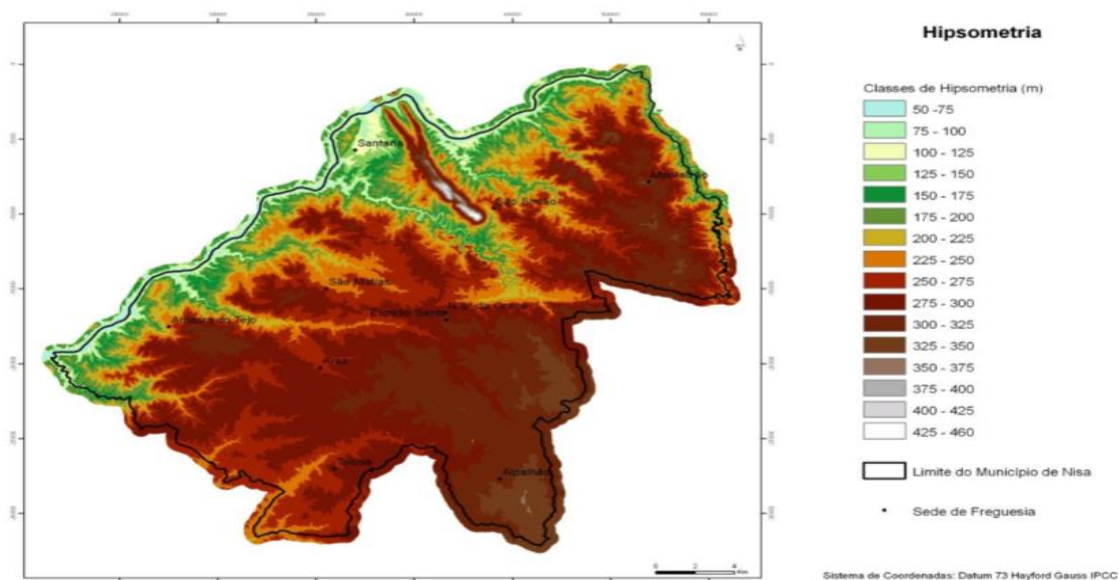


Figura 7: Carta Hipsométrica do concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015)

As classes de declives entre 16 a mais de 25% correspondem a zonas declivosas (declive muito acentuado) e representam 20% do concelho, estão associadas ao vale encaixado do rio Tejo e ao troço final dos vales seus afluentes. Os declives ente 9 e 16%, que constituem 19% do concelho, correspondem a relevo moderado e à transição entre as zonas de cabeceira e zonas de vale (Figura 8). As cotas mais aplanadas, de declive de 0 a 9%, representam cerca de 60% do concelho.

3.1.6. Vegetação

Segundo o PDMN 2015 na parte norte do concelho a vegetação é constituída essencialmente por sobreiro, pinheiro e pequenas manchas de eucaliptos no topo da vertente, zimbro na vertente Norte e oliveiras nas vertentes viradas a sul. Nas encostas íngremes dos rios a vegetação é constituída essencialmente por olival tradicional decrépito, mato e vegetação ribeirinha. Nos vales de xistos predomina a floresta, matos e extensas manchas de olival em socacos (PDMN 2015).

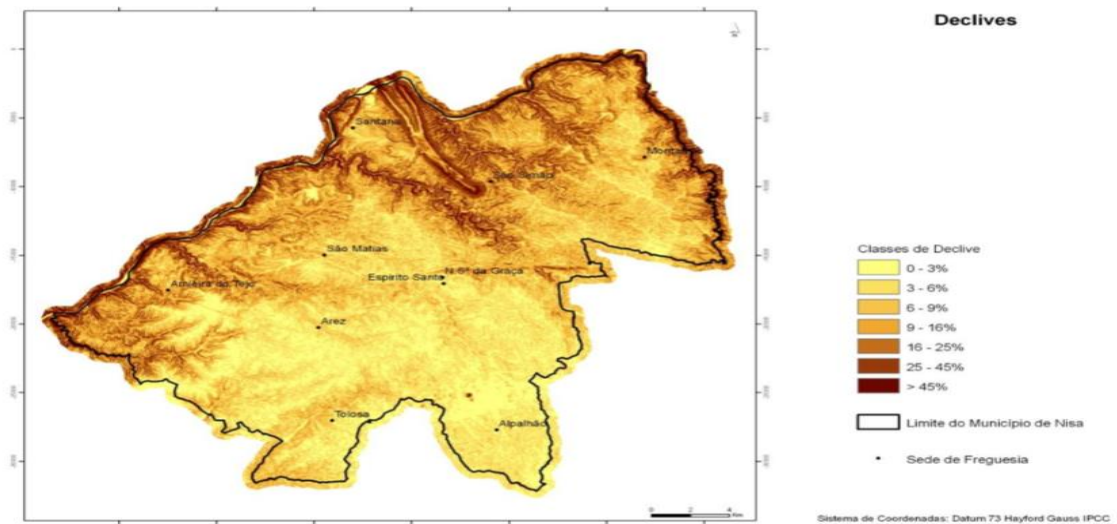


Figura 8: Carta de declives no concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015)

A ocupação agrícola envolvente à Amieira do Tejo contrasta com as plantações de eucaliptos. Nas áreas aplanadas de xisto predomina montados de sobro e azinho enquanto na área aplanada de granitos predomina o montado misto com espécies autóctones, carvalho negral, pastagens pobres, árvores dispersas e algumas manchas de culturas anuais (PDMN 2015).

3.1.7. Enquadramento climático

Nisa apresenta um clima mediterrânico e Continental, caracterizado por verões secos e quentes e invernos rigorosos e pouco chuvosos.

De acordo com Ferreira Brito (1994), *“pela Península Ibérica passa o limite entre dois grandes centros de Ação da dinâmica da atmosfera: o das faixas de circulação de oeste (fluxo zonal) e o das altas pressões subtropicais. Este limite varia ao longo do ano e de ano para ano. No inverno, pode descer até latitudes de 30°N, sendo o território varrido por massas de ar húmido, polar marítimo, originando precipitação acentuada pela passagem das frentes frias; se a circulação de oeste for menos forte, podem abrir-se corredores N-S por onde desce o frio setentrional até latitudes muito baixas, podendo originar precipitação no sul do país. No Verão, o limite acima referido não ultrapassa os 45°N, cedendo lugar às massas de ar anticiclónicas, subtropicais, que podem permanecer longamente sobre Portugal”*.

Este concelho, a par de todo o Alentejo, apresenta nos últimos anos aumentos consideráveis de temperatura do ar e diminuição de precipitação fruto das alterações

climáticas (Araújo 2017). Vários especialistas projetam para o Alentejo verões cada vez mais quentes, acompanhados de secas mais frequentes e intensas, assim como invernos e outonos com menos precipitação (Araújo 2017). No concelho de Nisa o clima é influenciado pelos aspetos inerentes à sua implantação geográfica, mas também pelas demais características físicas, nomeadamente, o relevo. Este fator origina características climáticas específicas na área próxima do rio Tejo. No verão as amplitudes térmicas são, à semelhança do distrito de Portalegre, muito baixas, com dias quentes e secos. Os invernos são frios e rigorosos, atingindo muitas vezes temperaturas perto dos 0°C. Nos últimos 30 anos, verifica-se no concelho de Nisa que de maio a outubro os valores máximos de temperatura são superiores a 30°C (Figura 9). Esta situação é cada vez mais recorrente devido ao aumento das ondas de calor que assolam Portugal nos últimos anos consequência das alterações climáticas que se têm verificado (Araújo 2017).

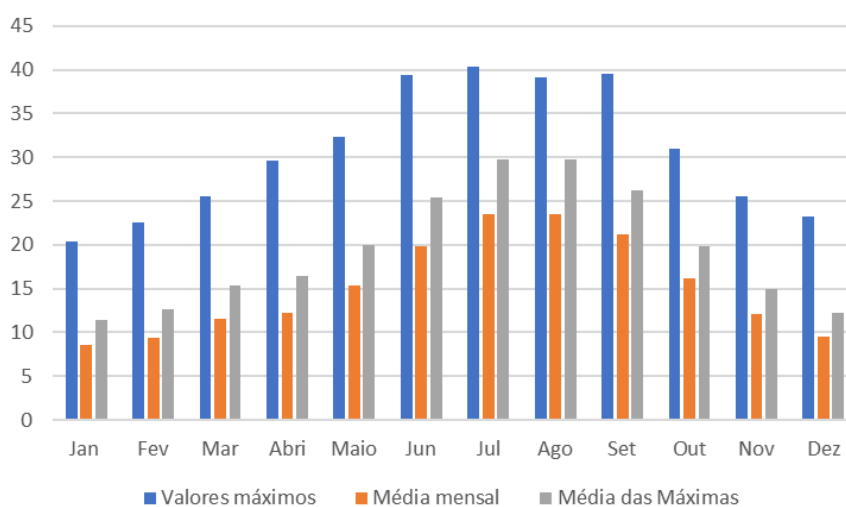


Figura 9: Valores da temperatura média, média das máximas e valores máximos (1971-2000).
Fonte: IM (2014)

A velocidade do vento é, em termos médios, fraca a moderada, sendo mais frequentes os ventos dos quadrantes Norte, Noroeste e Oeste e menos frequentes dos quadrantes Sul, Sudeste e Sudoeste (IPMA 2015). A direção do vento no concelho de Nisa é fortemente influenciada pelas características orográficas, isto é, a crista Quartzítica e a Peneplanície Alentejana em que este se insere (PDMN 2015).

A humidade relativa do ar atinge o seu mínimo nos meses de julho e agosto e o seu máximo em dezembro, apresentando um valor médio anual de 71% às 9h e 59% às

18h (Instituto Meteorologia, I.P (2014)). O concelho de Nisa caracteriza-se, de uma maneira geral, por baixas precipitações e humidades relativas, associadas a temperaturas elevadas o que gera as condições ideais para um maior risco de incêndio para o Município. Geralmente, o mês de julho regista o valor mais baixo de precipitação, com 7,5 mm, sendo o mês de dezembro o mais chuvoso com 67,5 mm de precipitação.

3.1.8. Enquadramento hidrográfico

Do ponto de vista hidrográfico, o concelho de Nisa tem distribuído importantes cursos de água ao longo da sua área, destacando-se a Norte e a Noroeste o Rio Tejo e a Nordeste o Rio Sever (Figura 10).

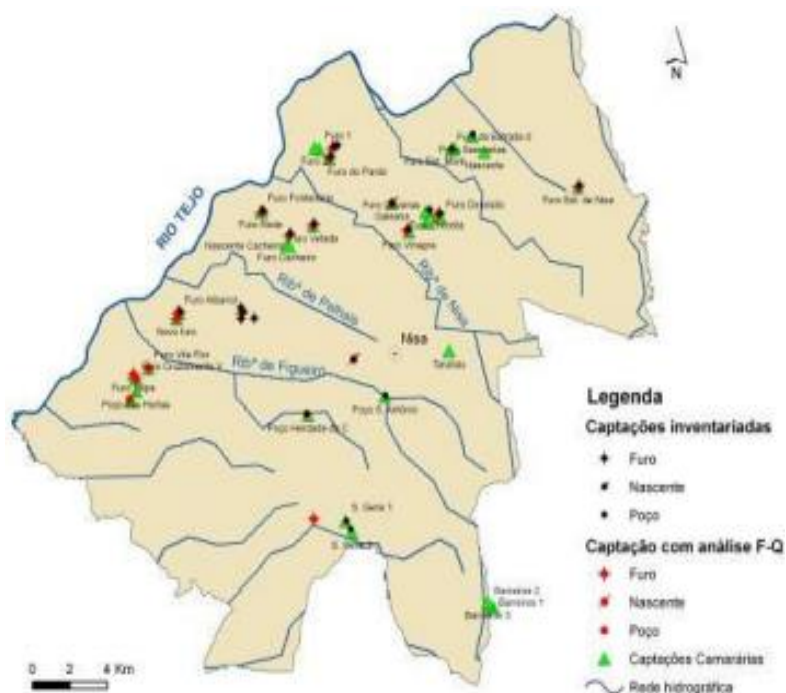


Figura 10: Rede hidrográfica do concelho de Nisa. Fonte: PDMN (2015)

Para além dos rios referidos, existem outros cursos de água que conferem grande diversidade hidrográfica ao concelho, sendo eles as Ribeiras de Arez, Ficalho, Figueiró, Fouvel, Nisa, Palhais, Sôr, Venda e Vale de Fornalha (PDMN 2015). O concelho de Nisa possui diversas reservas de água ao longo da rede hidrográfica destacando-se para efeitos de produção elétrica e controlo de regime de caudais do Rio Tejo e a Barragens de Fratel (PDMN 2015). Existem ainda dispersas pequenas barragens e albufeiras,

referindo-se pela sua importância a Barragem do Poio e do Racheiro (PDMN 2015). Existem outros cursos de água de menor importância dispersos por todo o concelho que assumem particular importância no verão para abastecimento das equipas de combate a incêndios.

De salientar neste concelho as termas da Fadagosa de Nisa, caracterizadas por uma nascente de água sulfurosa com valor terapêutico para problemas respiratórios e reumáticos.

3.2. Concelho de Vila Velha de Rodão

3.2.1. Enquadramento territorial

O concelho de Vila Velha de Rodão é um dos onze concelhos do distrito de Castelo Branco. Sob o ponto de vista geográfico, localiza-se no centro de Portugal Continental, na região da Beira interior (NUT III) (Figura 11) e abrange uma área de 392,92 km². Está subdividido em quatro freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas de Rodão e Vila Velha de Rodão (Figura 11).



Figura 11: Freguesias do concelho de Vila Velha de Ródão. Fonte: adaptado da internet

No que diz respeito ao enquadramento territorial, Vila Velha de Ródão situa-se entre o rio Tejo e os seus afluentes, o rio Ocreza e o rio Ponsul. É limitada a norte e leste pelo concelho Castelo Branco, a sueste por Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova (Figura 11), fazendo a transição entre o Norte Alentejano e a Beirã (PDMVVR 2015). Uma parte do concelho faz parte do Parque Natural do Tejo Internacional.

3.2.2. Instrumentos de gestão territorial

O PDM do concelho de Vila Velha de Ródão (PDMVVR), datado de 2015, faz apenas referência aos instrumentos de gestão territorial que se encontram em elaboração ou revisão de âmbito supramunicipal. São estes o (i) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que define os seis objetivos estratégicos para os quais foram delineadas diferentes linhas de intervenção, (ii) o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo, que apresenta um ponto de situação existente na bacia hidrográfica e define os objetivos a curto, médio e longo prazo e delinea normas com vista ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, (iii) o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, (iv) o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo internacional, com o objetivo principal de proteger, conservar e gerir o rio Tejo e, (v) o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul, com os objetivos principais de otimizar, prevenir constrangimentos e problemas e eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais abrangidos (PDMVVR 2015).

Como instrumentos de gestão municipal destacam-se o PDM, o Plano de Urbanização, o Plano de Pormenor, o Plano Municipal de Emergência (PME) e o Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) de Vila Velha de Ródão.

3.2.3. Caracterização demográfica e social

A fim de caracterizar o concelho em termos demográficos e sociais recorreu-se às estatísticas demográficas mais recentes, fornecidas pelos Censos 2011 (INE 2011).

Em termos demográficos, o concelho de Vila Velha de Ródão apresenta uma tendência, transversal a todas as freguesias, para a diminuição da população residente (Tabela 2). A freguesia de Vila Velha de Ródão concentra mais de metade da população concelhia. Face a 2001, o concelho perder cerca de 14,08% dos seus residentes (INE 2011).

Tabela 2: População residente no concelho de Vila Velha de Ródão, nos últimos 70 anos. Fonte: INE (2011)

Freguesias	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Fratel	2836	2838	2292	1930	1221	945	760	608
Perais	1381	1397	1231	1130	860	769	589	510
Sarnadas	1663	1577	1370	975	891	810	693	637
V. V. Ródão	3759	3756	3140	2660	2613	2436	2056	1766
Total	9639	9568	8039	6695	5605	4960	4098	3521

No concelho de Vila Velha de Ródão, a maior parte da população está concentrada no escalão etário com mais de 65 anos, enquanto o escalão o escalão dos 15 aos 24 anos é aquele que concentra menos população (Tabela 3).

Tabela 3: População residente no concelho de Vila Velha de Ródão, por grupos etários Fonte: INE (2011)

Unidade Geográfica	População Residente	0-14 Anos		15-24 Anos		25-64 Anos		65 e Mais Anos	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fratel	608	39	6,41%	31	5,10%	214	35,97%	324	53,29%
Perais	510	15	2,94%	25	4,90%	216	42,35	254	49,80%
Sarnadas de Rodão	637	50	7,85%	34	5,34%	226	35,48%	327	51,33%
Vila Velha de Rodão	1766	159	9,00%	114	6,46%	863	48,87%	630	35,67%
Concelho Vila Velha de Rodão	3521	263	7,47%	204	5,79%	1519	43,14%	1535	43,59%

O concelho de Vila Velha de Ródão é o concelho português mais envelhecido (PORDATA, 2019) (Figura 12). No que diz respeito à taxa bruta de natalidade, a menor taxa pertence ao concelho de Vila Velha de Ródão, concelho que concentra também a taxa bruta de mortalidade mais elevada (dada a forte percentagem de população idosa).

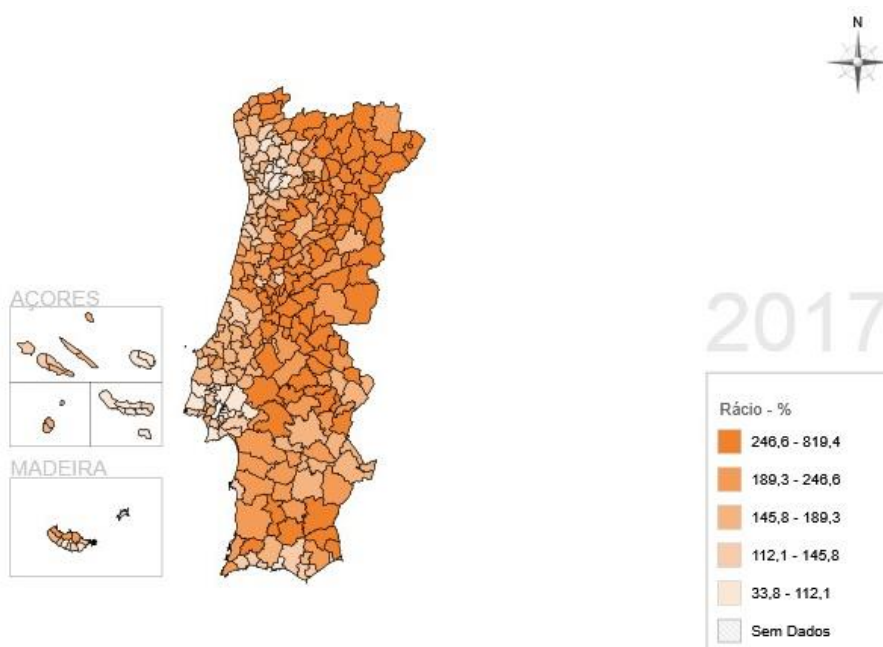


Figura 12: Índice de envelhecimento no concelho de Vila Velha de Ródão. Fonte: PORDATA (2019)

3.2.4. Enquadramento geo-estrutural

Segundo Estevão (2010) *apud* ICNF (2010), no que concerne às características geomorfológicas o concelho de Vila Velha de Ródão insere-se na unidade estrutural do Maciço Antigo ou Hespérico, na extremidade este da Zona Centro Ibérica portuguesa. A zona geotectónica do Maciço Antigo, enquadrada na era geológica do Pré-Câmbrico e do Paleozoico, é constituída pelas rochas mais antigas, eruptivas e metamórficas.

Segundo Martins (2000), o *“registo geológico mais antigo é o Grupo das Beiras (antigamente designado por Complexo Xisto-Grauváquico), que é essencialmente constituído por uma alternância de filitos e metagrauveques”*. Esta plataforma encontra-se marcada pela erosão hídrica dos diversos cursos de água que atravessam o concelho.

Segundo o PDMVVR 2015, a Serra das Talhadas, *“é um sinclinal ordovícico de rocha quartzítica, que se apresenta sob a forma de duas cristas paralelas com um vale interior, constituindo uma cordilheira central e dominante no território concelhio. A erosão provocada pelos rios Ocreza e Tejo determinou a existência de duas gargantas, denominadas, respetivamente, de Portas de Almourão (ou Vale Mourão) e Portas de Ródão”* (PDMVVR 2015).

O registo sedimentar e geomorfológico da área *“documenta bem a transição da etapa de enchimento sedimentar durante o Terciário para o progressivo encaixe fluvial no Quaternário que, localmente (Portas de Ródão), atingiu 260 m de incisão”* (Martins 2000). Na área existem jazidas arqueológicas localizadas em vários depósitos sedimentares do Plistocénico (coluviões e terraços), duas delas de datações radiométricas (Martins 2000).

Verifica-se a *“formações de depósitos do Quaternário, nomeadamente depósitos aluvionares na ribeira do Açafal, depósitos de terraço, mas, em especial, depósitos de vertentes associados às cristas quartzíticas”* (PDMVVR 2015). Salienta-se, ainda, que a *“plataforma sofreu falhas de origem tectónica, sendo a mais representativa no concelho a denominada Falha do Ponsul, considerada uma falha ativa pelo que a região está sujeita a risco sísmico. A atividade tectónica definiu duas bacias de abatimento, dando origem a um degrau que se estende de Vila Velha de Ródão para Nordeste, separando as planícies de Castelo Branco e de Idanha-a-Nova”* (PDMVVR 2015).

3.2.5. Relevo

Segundo o PMDFCIVVR, o concelho de Vila Velha de Ródão pauta-se por declives superiores a 30% nas vertentes dos rios Tejo e Ocreza e das principais ribeiras com relevo acidentado com vários vales encaixados e escarpas acentuadas. Nas margens dos rios a paisagem apresenta relevos rochosos cobertos com flora da região. A zona serrana situada na parte central do concelho, entre os limites da freguesia de Fratel e de Vila Velha de Ródão, destaca-se pela presença de declives bastante acentuados, numa área relativamente extensa e que é dominada por espaços florestais (PMDFCIVVR 2015).

3.2.6. Vegetação

O concelho de Vila Velha de Ródão é maioritariamente um coberto florestal formado por eucaliptos e pinheiros bravos que, juntamente, com os incultos atingem quase 70% da área do concelho (PMDFCIVVR 2015). Na freguesia de Perais dominam os sistemas agroflorestais com azinheiras e sobreiros, o mesmo acontece na freguesia de Vila Velha de Ródão, mas em menor escala (PMDFCIVVR 2015). As outras duas freguesias do concelho são essencialmente florestais (PMDFCIVVR 2015).

Segundo Cunha (2000), *“a área de Vila velha de Rodão possui um património geológico e geomorfológico que se insere num contexto ambiental ainda relativamente bem preservado por se situar numa região fronteira interior, com escassa ocupação humana e industrial. No concelho de Vila Velha de Rodão são áreas protegidas as arribas das Portas de Rodão e do Almourão”*.

O Concelho de Vila Velha de Rodão incorpora o Parque Natural do Tejo Internacional, que é um dos habitats mais importantes da avifauna ibérica, com importantes colónias de grifos e águias de bonelli.

3.2.7. Enquadramento climático

O concelho de Vila Velha de Ródão apresenta um clima mediterrânico e Continental, condicionado pelo relevo. Este fator origina características climáticas específicas na área próxima do rio Tejo: verões secos e quentes e invernos rigorosos e pouco chuvosos. A temperatura média anual do ar de 15,7°C (PMDFCIVVR 2015). O

mês mais quente é julho, variando a temperatura média entre 20° e 25°C, enquanto o mês mais frio é janeiro (média de 7,9°C) (PMDFCIVVR 2015).

Segundo o PMDFCIVVR (2015), os ventos dominantes apresentam-se do quadrante oeste com frequências acima dos 20% nos meses de verão. Tendo os ventos de este, com temperaturas altas e valores de humidade relativa baixos, durante os meses de junho a setembro, uma frequência entre os 6,2-8,9%. Há ainda a considerar os ventos locais característica do microclima originado pelo rio Tejo e pela zona serrana.

O mês que apresenta um valor de precipitação máximo mais elevado é novembro em oposição a julho. Os meses de verão são pouco chuvosos, sendo os meses de outubro, novembro e dezembro os que demonstram um valor elevado de precipitação mensal total. Os valores médios mais elevados de precipitação ocorrem na parte do concelho com altitudes mais altas, a zona de serra. À medida que nos aproximamos do rio Tejo, onde as altitudes são mais baixas, o valor da precipitação diminui (PMDFCIVVR 2015).

Os valores da humidade relativa do ar são inversamente proporcionais aos valores da temperatura do ar. Assim, nos meses em que a temperatura do ar é mais elevada (julho e agosto) a humidade relativa do ar tende a ser menor. O valor da humidade do ar sofre alteração ao longo do dia, apresentando os valores mais baixos no período entre as 12:00 e as 18:00 (PMDFCIVVR 2015), que corresponde, regra geral, ao período do dia em que são registados os valores mais elevados de temperatura.

3.2.8. Enquadramento hidrográfico

O concelho de Vila Velha de Ródão abrange a bacia hidrográfica do rio Tejo. Do ponto de vista hidrográfico, este concelho é fortemente influenciado pelo rio Tejo e seus afluentes. Os principais cursos de água que atravessam o concelho são: o rio Ponsul, que faz de fronteira natural entre os concelhos de Vila Velha de Ródão e Castelo Branco, o rio Ocreza, que faz fronteira com o concelho de Proença-a-Nova a oeste e Castelo Branco a Norte, e o rio Tejo, que faz a divisão administrativa entre o Centro e o Sul separando-o do concelho de Nisa.

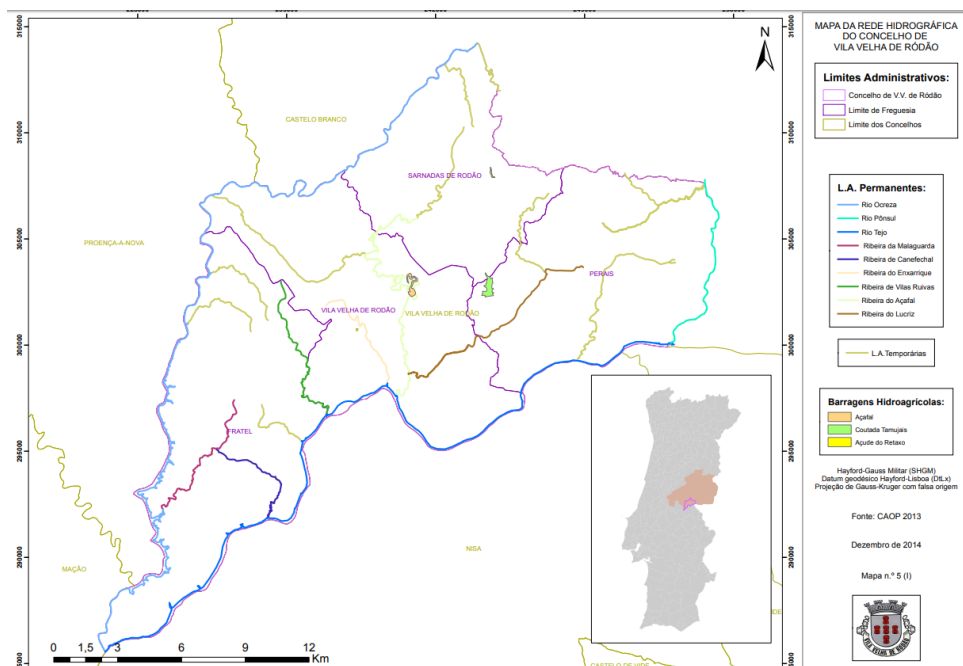


Figura 13: Rede hidrográfica do concelho de Vila Velha de Rodão. Fonte: CMVVR (2015)

Existem outros cursos de água, afluentes destes rios, de menor importância dispersos por toda o concelho que no Verão são utilizadas para abastecimento das equipas de combate a incêndios. As principais linhas de água são as ribeiras do Açafal, Lucriz, Vilas Ruivas, Canefechal, Malaguarda e Enxarrique.

As zonas envolventes destas linhas de água são geralmente zonas mais férteis, com um valor de humidade superior com características vegetativas diferentes das zonas mais áridas.

4. Resiliência do cidadão sénior face ao risco

4.1. Enquadramento

Godinho apud Mendes (2015) define os riscos como *“a articulação entre a perigosidade e a vulnerabilidade, em que de um lado estão os perigos e, do outro, a sociedade que aqueles podem afetar. Desta forma, a vulnerabilidade da sociedade aparece relacionada com o seu acesso à informação dos riscos, dependendo esta, por sua vez, da forma como é feita a sua comunicação”*.

As iniciativas de sensibilização e informação em proteção civil primam pela sua vertente educativa e pedagógica, com vista à promoção de alterações comportamentais face ao risco. Estas encontram-se, essencialmente, centradas na camada mais jovem da população.

Face aos problemas expostos no primeiro capítulo, impele-nos para a execução de um estudo que permitisse procurar respostas para questões relacionadas com a resiliência do cidadão sénior, através da recolha de informação sobre o conhecimento empírico e científico face ao risco e perigos do seu concelho, a observação de comportamentos e vontades e ainda a recolha de informação dos alunos acerca do plano lecionado.

Desta forma, este capítulo integra os resultados do questionário (em forma de entrevista) efetuado aleatoriamente a diversos cidadãos seniores de dois concelhos selecionados para a realização deste trabalho – Nisa e Vila Velha de Ródão.

Os dois concelhos que serviram de base deste estudo pertencem a regiões distintas: concelho de Nisa no Alentejo e concelho de Vila Velha de Ródão na Beira Baixa. Localizando-se ambos no interior do País, apenas separados pelo rio Tejo, têm em comum o envelhecimento da população, a baixa oferta de emprego, o fraco empreendedorismo, más acessibilidades e infraestruturas e serviços, etc.

Em termos de riscos existentes nos concelhos pode-se considerar que apresentam alguns riscos naturais e humanos idênticos, talvez por se situarem ambos no interior do País. Analisando a tabela 4, constata-se que em termos de riscos naturais o concelho de Vila Velha de Rodão apresenta os mesmos riscos naturais existentes no concelho de Nisa: incêndios rurais, ondas de calor, vagas de frio, secas, cheias e

inundações, sismos e acrescenta os nevões, os deslizamentos de terras, ventos fortes, tornados e ciclones violentos. Já o concelho de Nisa apresenta como um acréscimo os movimentos de massas de vertentes.

Tabela 4: Riscos naturais e humanos nos concelhos de Nisa e Vila Velha de Ródão. Fonte: PDMN (2015) e PMEVR (2012)

Riscos	Concelhos	
	Nisa	Vila Velha de Ródão
Naturais	Incêndios rurais	Incêndios rurais
	Onda de calor	Ondas de calor
	Vagas de frio	Vagas de frio
	-	Nevões
	Secas	Secas
	Cheias e inundações	Cheias e inundações
	Sismos	Sismos
	Movimentos de massas de vertentes	Deslizamentos de terras
	-	Ventos fortes, tornados e ciclones violentos
Humanos	-	Incêndios urbanos
	-	Acidentes industriais
	Acidentes graves de tráfego	Acidentes viários e aéreos
	Acidentes de transporte de matérias perigosas	Acidentes de transporte de matérias perigosas
	Colapso de obras de arte e outras estruturas	Colapso de obras de arte e outras estruturas
	Rotura de barragens	Acidentes em infraestruturas Hidráulicas
	Terrorismo	Terrorismo
	Pânico coletivo	-
	-	Concentrações humanas
	-	Contaminação da rede pública de abastecimento de água

Em relação aos riscos humanos, ambos referem os acidentes graves de tráfego/acidentes viários e aéreos, acidentes com matérias perigosas, o colapso de obras de arte e outras estruturas, roturas de barragens/acidentes em infraestruturas hidráulicas, o terrorismo. O concelho de Vila Velha de Rodão possui ainda o risco de incêndios urbanos, incêndios industriais, concentrações humanas e contaminação da rede pública de abastecimento de água, enquanto o concelho de Nisa refere o pânico coletivo.

De salientar que o concelho de Vila Velha de Rodão possui no seu tecido empresarial uma indústria Seveso de nível inferior de perigosidade, a Celtejo, Empresa de celulose do Tejo, S.A.

4.2. Metodologia aplicada

A metodologia utilizada incide na recolha de informação (através de entrevistas) e tratamento de dados de análise qualitativa e quantitativa.

As questões da entrevista foram estruturadas de modo a focarem, essencialmente, a caracterização dos intervenientes, o conhecimento em matéria de riscos e proteção civil no concelho onde residem, formação e sensibilização, voluntariado e inclusão (Anexo I). Na conceção do questionário a principal dificuldade foi a semântica, uma vez que se pretendia que a mensagem fosse lida e interpretada por todos os inquiridos de igual forma. O questionário foi formado por um conjunto de 36 questões: 28 de resposta fechada, aparecendo em forma de lista, categoria, escala nominal ou ordinal usada na medição de opiniões; e, 8 de resposta aberta, em que o inquirido pode responder livremente à questão (Anexo I). Através das questões de resposta aberta, os cidadãos seniores poderiam apresentar sugestões para melhorar a sua inclusão. Para as perguntas abertas, cada resposta foi categorizada através de uma análise de conteúdo e agrupadas modo a facilitar a análise e interpretação.

As entrevistas foram realizadas, entre fevereiro e abril a cidadãos seniores (idade superior a 50 anos) dos concelhos de Nisa (distrito de Portalegre) e de Vila Velha de Ródão (distrito de Castelo Branco). Os cidadãos foram entrevistados em lares, cafés, centros de dia, universidades seniores, etc.

Os dados relativos às questões abertas e fechadas permitiram criar uma base de dados em IBM SPSS Statistics Data Editor 25, onde se procedeu ao tratamento dos mesmos sob a forma de gráficos e tabelas, convertidos em percentagens, médias e desvios padrão. As respostas às perguntas fechadas foram codificadas e enumeradas sequencialmente, enquanto as respostas das perguntas abertas, e por forma a facilitar o seu tratamento, foram agrupadas consoante a análise do seu conteúdo. Depois de agrupadas foram codificadas e enumeradas tal como as perguntas fechadas criando-se uma base de dados conjunta.

A entrevista teve como objetivo investigar o conhecimento empírico e/ou científico, o interesse em adquirir conhecimento, avaliar comportamentos face ao risco, a pertinência e importância da informação e fazer emergir a palavra do cidadão sénior, tornando-o mais resiliente face ao risco e proteção civil.

4.3. Resultados dos questionários

4.3.1. Caracterização sociodemográfica

Foram recolhidos 450 inquiridos, 380 no concelho de Nisa (84,5% da amostra) e 70 no concelho de Vila Velha de Ródão (15,5% da amostra). A maioria dos inquiridos do concelho de Nisa pertence à união de freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão (49,1%), 10,9% dos inquiridos residem na freguesia de São Matias, 9,1% na união de freguesias de Arez e Amieira do Tejo e também na freguesia de Tolosa, 8,2% residem em Montalvão e 7,3% em Alpalhão e Santana (Figura 13).

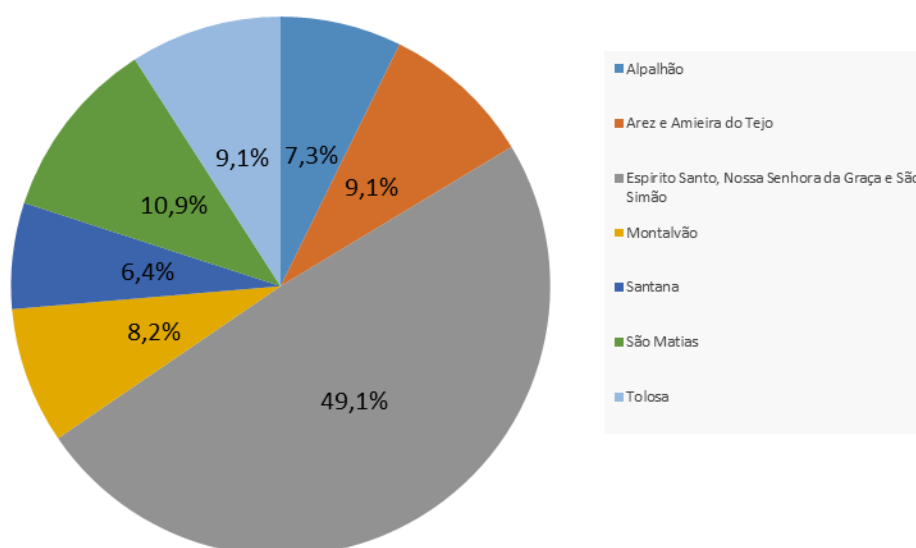


Figura 13: Percentagem de inquiridos por freguesia, no concelho de Nisa.

Em relação ao concelho de Vila Velha de Ródão, metade dos inquiridos pertence à freguesia de Vila Velha de Ródão, 20,0% à freguesia de Perais e 15,0% às freguesias de Fratel e Sarnadas de Ródão (Figura 14).

Dos 450 inquiridos, 53,1% (n= 239) são do género masculino e 46,9% (n= 211) do género feminino. Quanto à idade, a maioria dos inquiridos 37,7% (n = 170) situa-se na faixa etária entre os 50 e os 59 anos, 35,4 (n= 159) têm entre 60 a 69 anos, 24,6% (n = 111) possuem entre 70 e 79 anos e apenas 2,3% (n = 10) dos inquiridos possui mais de 80 anos (Figura 15).

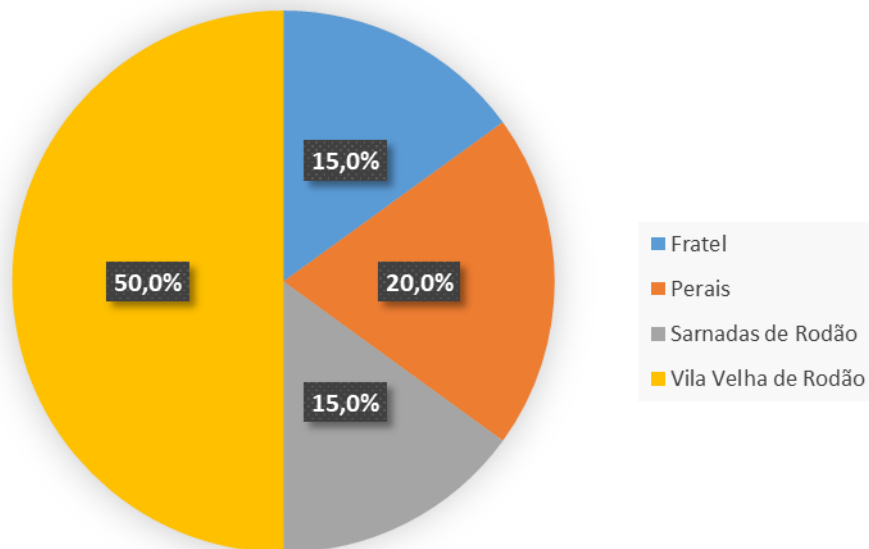


Figura 14: Percentagem de inquiridos por freguesia, no concelho de Vila Velha de Ródão.

Dos inquiridos no concelho de Nisa 75,5% (n = 287) encontram-se na faixa etária entre os 50 e os 69 anos enquanto no concelho de Vila Velha de Rodão 70,0% (n= 49) possui entre 60 a 79 anos.

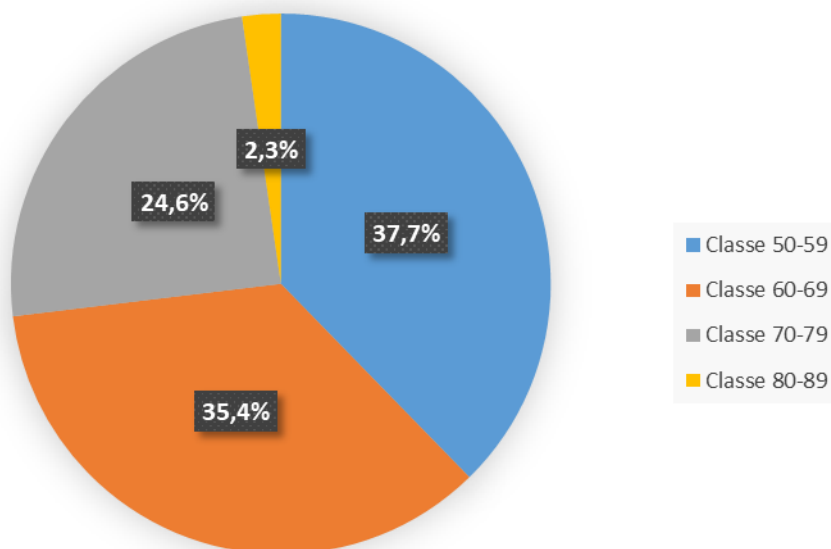


Figura 15: Percentagem de inquiridos por idade.

Quanto às habilitações literárias, a grande fatia dos inquiridos (35,4%, n = 159) possui a 4ª classe (atual 4º ano), sendo que 10,0% (n = 45) não sabe ler nem escrever (Figura 16). Dos restantes inquiridos é de salientar que 13,8% (n = 62) possui o 12º ano de escolaridade, 12,3% (n = 55) licenciatura e 0,8% (n = 4) o mestrado (Figura 16).

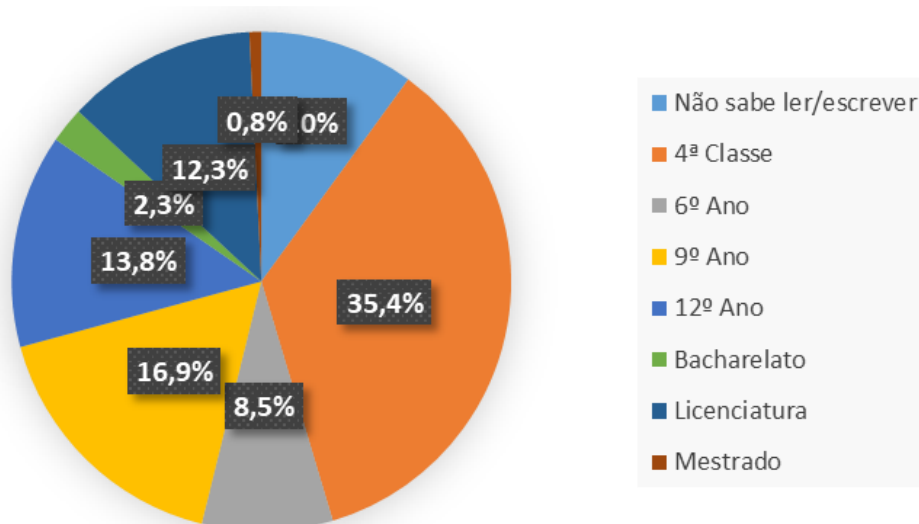


Figura 16: Percentagem de inquiridos por habilitações literárias.

Dos inquiridos do concelho de Vila Velha de Rodão, 40,0% (n=28) possuem a 4ª classe e 25,0% (n = 17) não sabe ler nem escrever. Nenhum dos inquiridos neste concelho possui o 12º ano ou superior. Já no concelho de Nisa a maior percentagem de inquiridos 34,5% (n= 131) possui a 4ª classe, enquanto 17,2% (n = 65) possui como habilitação literária o 9º ano. De salientar que neste concelho 15,4% (n = 58) têm uma licenciatura ou superior.

Em termos profissionais, e como expectável face à idade dos inquiridos, 48,5% (n = 218) encontra-se reformado. Dos 49,3% (n = 222) que trabalham, 36,9% (n = 166) trabalha por conta de outrem, 7,7% (n = 35) por conta própria, 3,8% (n = 17) são domésticas e 0,8% (n = 4) outro não definido, 2,3% (n=10) dos inquiridos encontra-se na situação de desempregado (Figura 17).

Em relação à situação profissional 45,4% (n= 173) dos inquiridos do concelho de Nisa estão reformados e 39,1% (n = 149) é empregado por conta de outrem. No concelho de Vila Velha de Rodão 65,0% (n = 46) estão reformados, 25,0% (n = 18) trabalham por conta de outrem, os restantes trabalham por conta própria. De salientar que o concelho de vila velha de Rodão não tem desempregados.

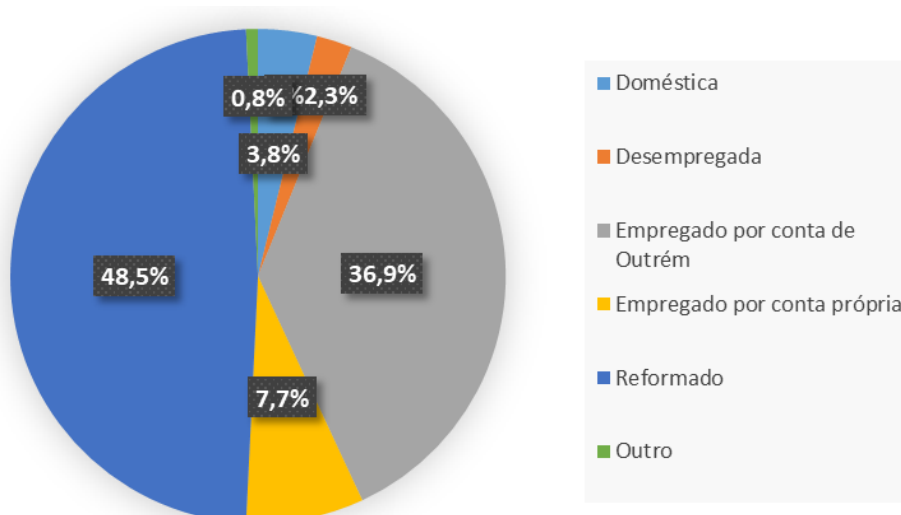


Figura 17: Percentagem de inquiridos por situação profissional.

4.3.2. Riscos e proteção civil

Relativamente aos riscos do concelho e ao sentimento de segurança, 312 (69,3%) inquiridos considera o seu concelho seguro (Figura 18), sendo que 76,31% (n = 290) dos inquiridos considera o concelho de Nisa seguro e apenas 31,4% (n = 22) considera Vila Velha de Ródão um concelho seguro.

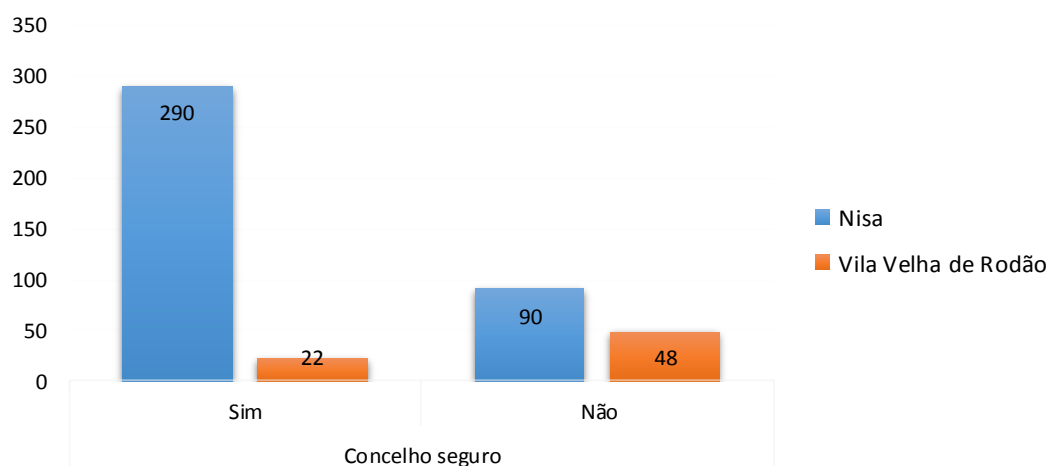


Figura 18: Número de inquiridos que consideram concelho seguro.

Foi feito um teste (Qui-quadrado de Pearson) para verificar se as variáveis “concelho seguro” e “habilitações literárias” eram independentes ou não. O resultado do teste apresenta uma significância assintótica (Bilateral) superior a 0,05, ou seja, as variáveis são independentes (Tabela 5).

Tabela 5: Teste Qui-quadrado de Pearson às variáveis “concelho seguro” versus “habilitações literárias”.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	4,913	7	0,671

A maioria dos inquiridos (57,8%, n = 260) considera-se informado sobre os riscos do seu concelho. Dos inquiridos que não estão informados acerca dos riscos no seu concelho, 35,3% (n = 159) pertencem ao concelho de Nisa e 6,9% (n = 31) ao concelho de Vila Velha de Ródão.

Quanto à fonte de informação sobre o conhecimento dos riscos do concelho, 277 (61,5%) dos inquiridos afirma ter conhecimento dos riscos do seu concelho através de senso comum, sendo que 216 (48,0%) pertencentes ao concelho de Nisa (Figura 19).

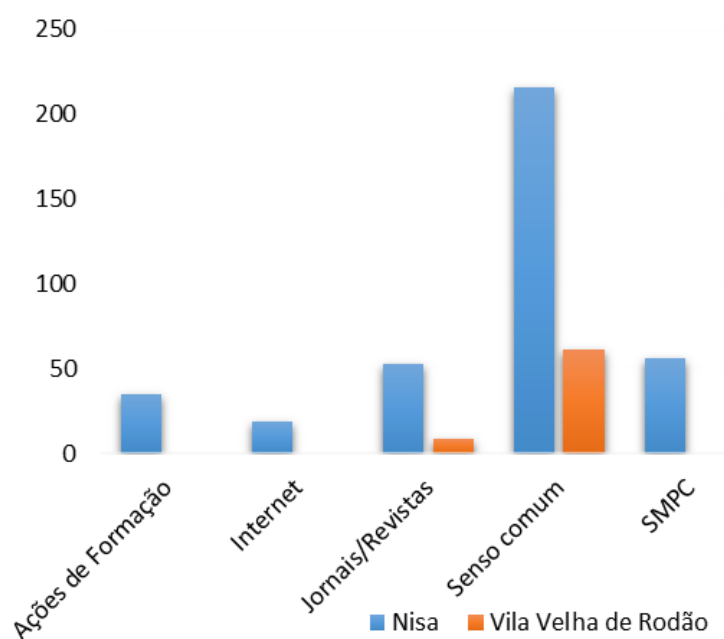


Figura 19: Fontes de informação sobre os riscos do concelho.

Sobre quais os riscos do seu concelho, os inquiridos referem: incêndios rurais (93,8%), acidentes rodoviários (40,0%), incêndio urbano (72,7%), tempestade de calor (20,8%), acidente ferroviário (19,2%), contaminação de rios (17,7%), rotura de barragens (10,8%), acidentes com veículos de transporte de matérias perigosas (9,2%), deslizamentos de terras (7,7%), desabamentos (6,9%), sismos (3,8%), acidente nuclear

(1,5%), epidemias (1,5%), acidentes em indústria Seveso (1,5%) e ataque terrorista (0,8%).

O desconhecimento dos riscos é transversal aos dois concelhos nenhum dos inquiridos identificou os riscos todos existentes no seu concelho. Praticamente todos os inquiridos identificam os incêndios rurais como risco do seu concelho resultado do flagelo que têm assolado aqueles concelhos.

Quando questionados sobre o PMEPC, 298 (66,2%) dos inquiridos não sabe do que se trata (Figura 20). Este desconhecimento é transversal aos dois concelhos analisados. Dos inquiridos que afirma conhecer o que é o PMEPC (11,4%), apenas 51 inquiridos do concelho de Nisa conhece o seu conteúdo.

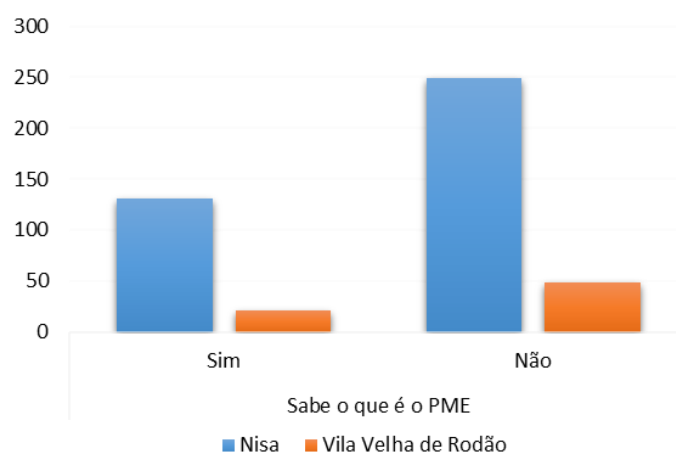


Figura 20: Informação sobre Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

Sobre como pode aceder ao PMEPC, 15,4% diz não saber e 23,2% não respondeu; dos restantes, 19,2% afirma ser nos Bombeiros, 27,7% na Câmara Municipal, 4,6% no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), 3,8% na internet, 3,8% na GNR, 1,5% na Junta de Freguesia e 0,8% através de jornais e/ou revistas.

Na questão “em caso de catástrofe quem o socorria?”, a grande maioria dos inquiridos (83%) ordena as opções de resposta da seguinte forma: vizinhos, família/amigos, Bombeiros, GNR, Junta de Freguesia e SMPC.

Apenas 129 (28,7%) dos inquiridos já participou num simulacro, dos quais 111 (24,7%) são do concelho de Nisa (Figura 21). A experiência de simulacro decorreu na escola (63,2%) ou no local de trabalho (32,8%). Sobre qual o tipo de simulacro realizado, 15,4% dos inquiridos afirma ser incêndio urbano, 8,5% sismo, 6,2% acidente

rodoviário, 6,2% incêndio rural e 3,8% referem outro, informando tratar-se de incêndio industrial. Os simulacros foram organizados pelos Bombeiros em 97,1% das vezes e os restantes pela empresa onde trabalham ou trabalharam.

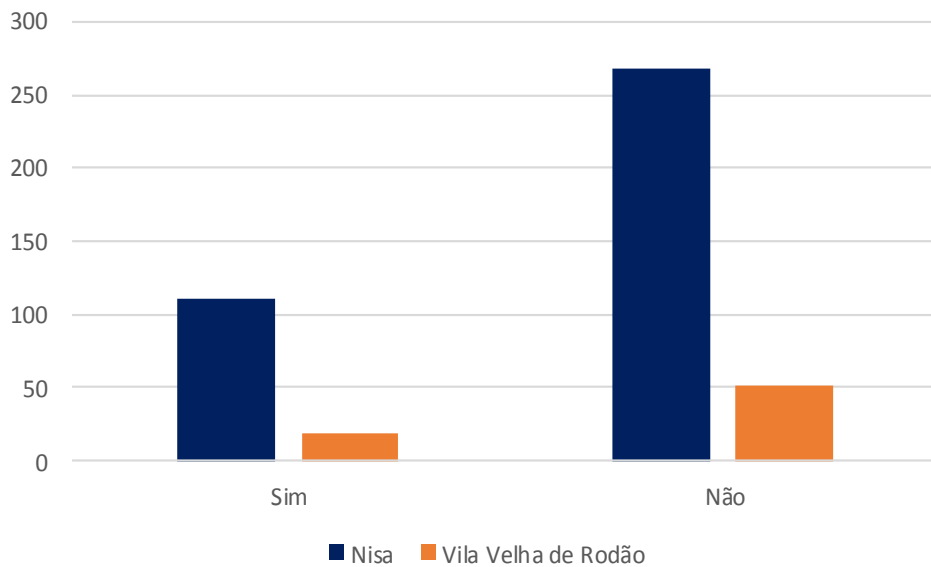


Figura 21: Informação sobre a participação em simulacros.

4.3.3. Formação e sensibilização

Para avaliar se há ou não ações de formação e sensibilização e os conhecimentos adquiridos nas mesmas, os inquiridos foram questionados sobre o que fazer em caso de catástrofe ou calamidade. Mais de metade dos inquiridos (59,3%, n = 267) não sabe o que fazer em caso de catástrofe ou calamidade (Figura 22).

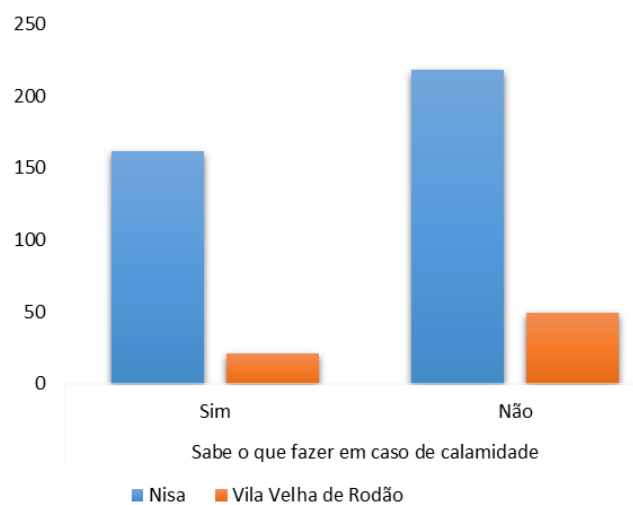


Figura 22: Resposta à questão “sabe o que fazer em caso de calamidade?”.

Dos inquiridos, 61,6% (n = 277) não sabe para onde se dirigir em caso de catástrofe ou calamidade (Figura 22), dos quais 12,6% (n = 35) afirma não haver um local definido. Aos 38,4% (n = 173) inquiridos que dizem saber para onde se dirigir foi-lhes questionado para onde: 29,4% deslocar-se-ia para os Bombeiros, 20,8% para o ponto de encontro, 3,1% afirma ficar em casa, 3,1% para a Junta de Freguesia, 3,5% para a GNR, 2,3% iria para um local seguro, 2,3% para os SMPC e 0,8% dirigir-se-ia para a Câmara Municipal. 36,7% dos inquiridos não responde, como se pode verificar pela leitura da figura 23.

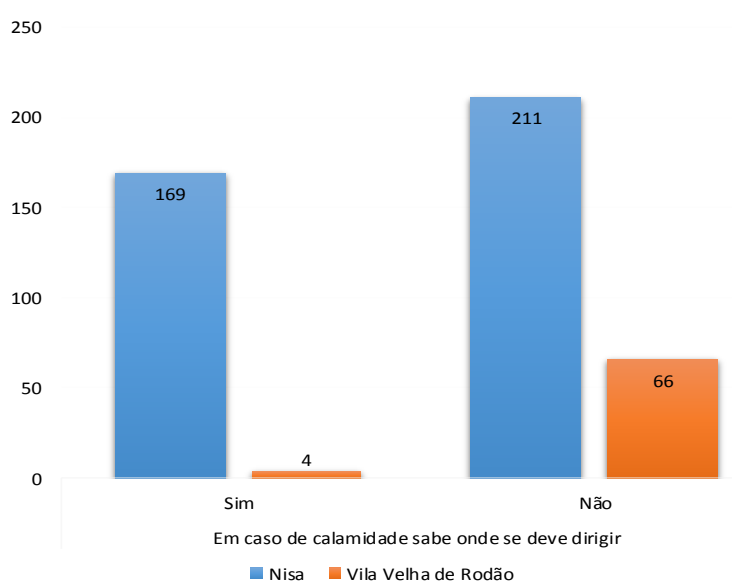


Figura 23: Resposta à questão “Em caso de calamidade, sabe qual o local para onde se deve dirigir?”.

Dos 450 inquiridos 57,78% (n= 260) afirma ter conhecimento sobre os riscos do concelho onde reside, contra 42,22% (n= 190). Quando analisados os concelhos em separado 58,16% (n= 221) dos inquiridos do concelho de Nisa afirma estar informado sobre os riscos do seu concelho, enquanto no concelho de Vila Velha de Rodão a percentagem decresce 2,45%, apenas 55,71% (n= 39) dos inquiridos afirma estar devidamente informado (Figura 24).

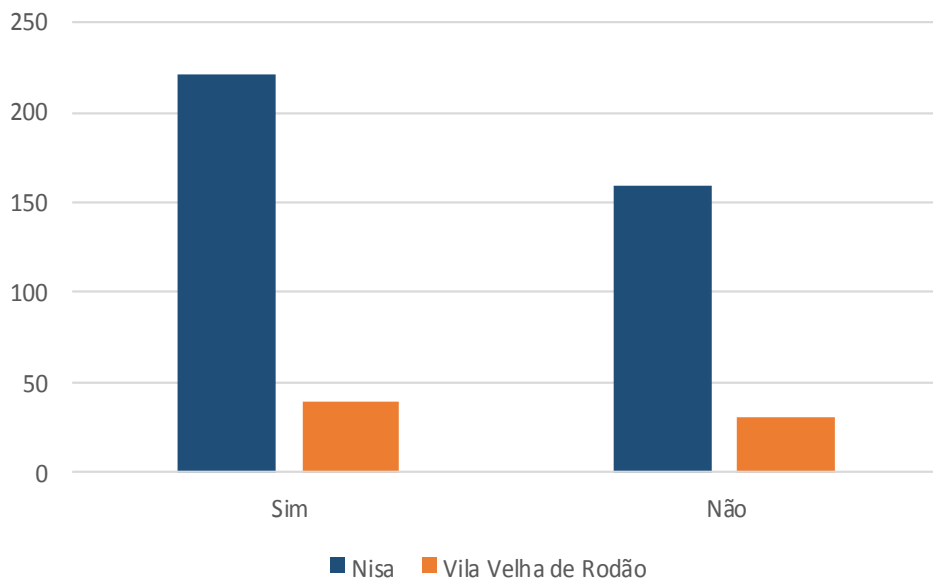


Figura 24: Nível de conhecimento sobre os riscos do concelho.

Ao analisarmos a figura 25 realçamos que 91,5% (n= 412) dos inquiridos gostariam de aprofundar os seus conhecimentos sobre os riscos existentes no seu concelho. 67,7% (n= 305) considera mais importante a formação em proteção e socorro por ser uma área mais abrangente e que de certa forma engloba outras formações. Das restantes opções de formação, 11,5% (n= 52) dos inquiridos opta por formação em medidas de autoproteção, 3,1% (n= 14) escolhe formação na área da emergência médica e os restantes 9,2% (n= 41) refere outra formação.

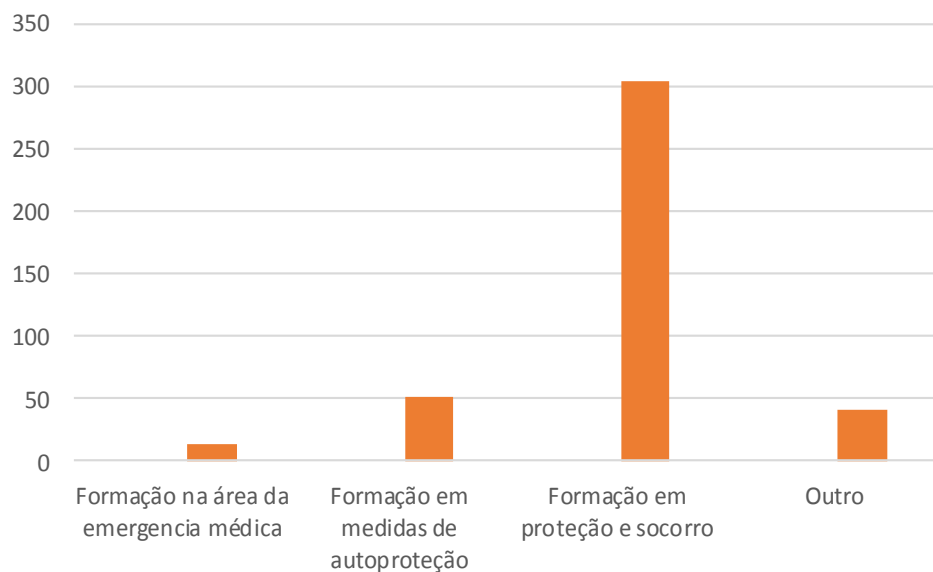


Figura 25: Informação sobre qual o tipo de formação.

4.3.4. Voluntariado

Relativamente à experiência dos inquiridos em voluntariado, 23,1% (n = 104) afirma já ter feito ações de voluntariado (Figura 25). No concelho de Nisa 24,8% (n = 94) dos inquiridos têm experiência em voluntariado (Figura 25). Em oposição, no concelho de Vila Velha de Ródão 80,0% (n = 56) dos inquiridos afirmam não ter tido qualquer experiência de voluntariado (Figura 26).

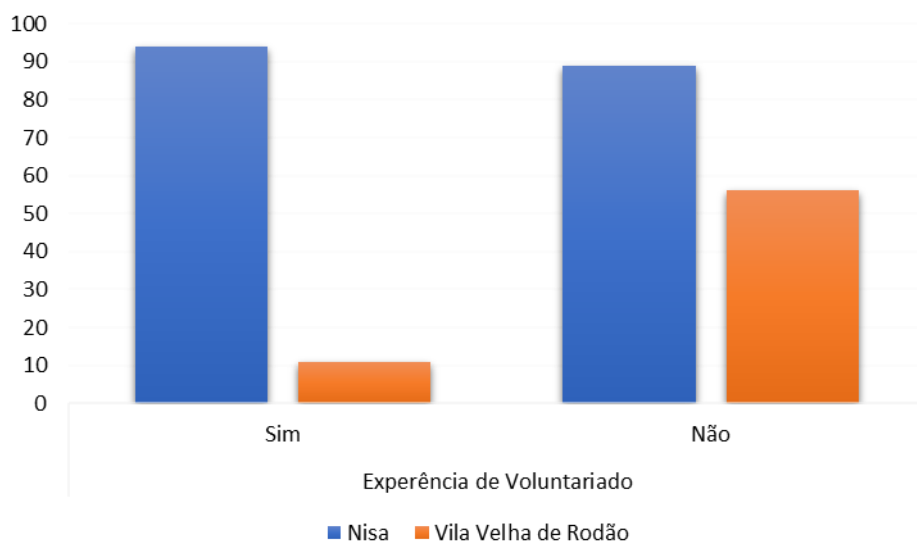
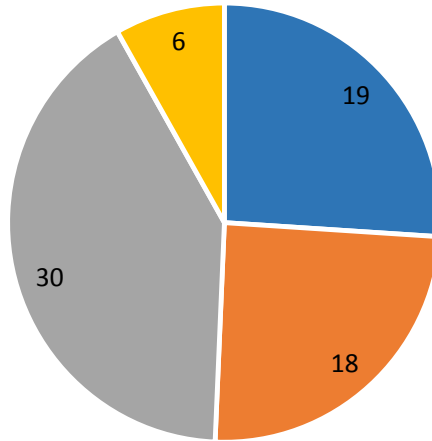


Figura 26: Informação sobre a experiência de voluntariado.

A duração do voluntariado varia entre 3 e 35 anos nas mais variadas áreas, desde proteção e socorro, ensino, assistência social, entre outras. Em relação às instituições onde realizaram essa experiência de voluntariado as respostas vão desde os Bombeiros, Centro de Saúde, Banco Alimentar, Cruz Vermelha, Universidade sénior, etc.

A maioria dos inquiridos (73,2%, n = 271, no concelho de Nisa; e 70,0%, n = 49 no concelho de Vila Velha de Ródão) gostaria de fazer parte de um grupo de voluntários para auxílio no seu concelho. Destes 30% (n= 96) elegeram a área da logística como sendo aquela onde gostariam de exercer o voluntariado, 18% (n= 58) na área da assistência social, 19% (n=61) na área da emergência médica e 6% (n= 19) escolhe outra área, sendo que não especificam qual (Figura 27).



■ Área de emergência médica ■ Área de assistência social ■ Área da logística ■ Outra

Figura 27: Informação sobre a área em que gostariam de efetuar o voluntariado.

4.3.5. Inclusão

Em relação às questões sobre inclusão, constata-se que a maioria dos inquiridos vive em casa própria (81,1%, n = 365), de familiares (14,9%, n = 67) ou em lares (4,0%, n = 18) (Figura 28). Dos que vivem em casa própria, 31,8% vive sozinho. De salientar que apenas os inquiridos do concelho de Vila Velha de Ródão vivem num lar (Figura 27). Dos inquiridos do concelho de Nisa, 85,3% (n = 324) vive em casa própria e apenas 14,7% (n = 56) reside em casa de familiares. Contrariamente, 58,8% (n = 41) dos inquiridos do concelho de Vila velha de Rodão residem em casa própria, 15,7% (n = 11) em casa de familiares e 25,7% (n = 18) num lar de terceira idade (Figura 28).

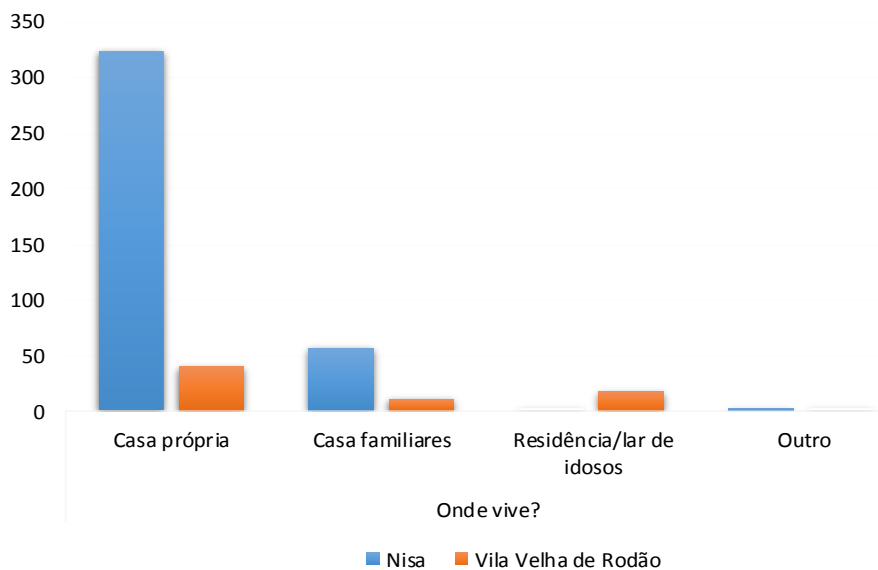


Figura 28: Informação sobre onde reside.

Os inquiridos passam o seu tempo maioritariamente em casa, trabalho, sociedade/café ou no lar. De referir que nenhum dos inquiridos que reside no lar conhece o plano de evacuação do mesmo.

Dos inquiridos, 86,4% (n = 389) considera que a sua residência se encontra num ambiente seguro. No concelho de Vila Velha de Ródão, apesar da maioria dos inquiridos ter considerado o seu concelho pouco seguro (84,3%, (n =59) dos inquiridos considera que a sua casa se encontra num ambiente seguro (Figura 29).

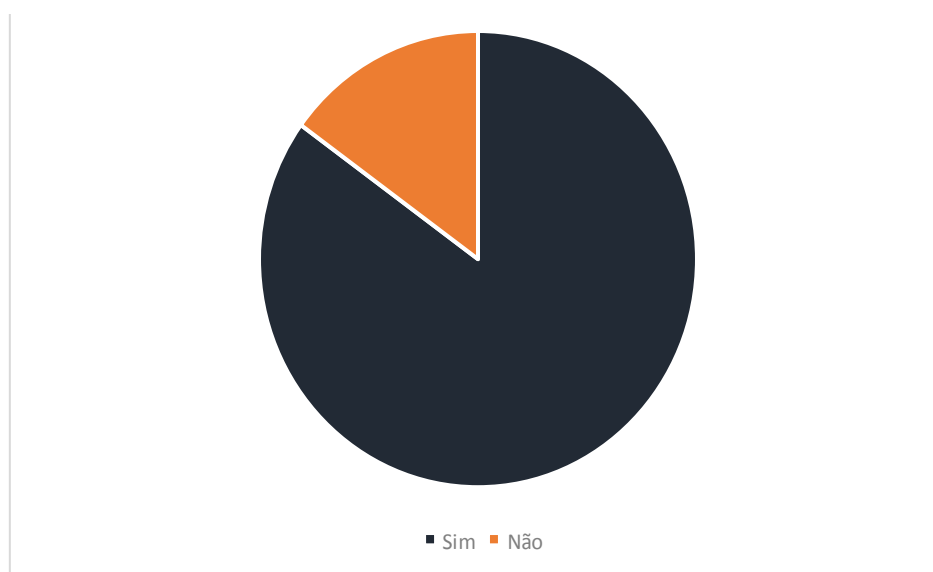


Figura 29: Informação sobre segurança da sua residência.

À pergunta aberta “em caso de calamidade como gostaria de ser informado”, as respostas foram unânimes: por SMS ou chamada telefónica. No entanto, divergem quanto à entidade que deve ter essa incumbência, pois uns referem os Bombeiros, outros a GNR e alguns, embora em menor escala, referem a Junta de Freguesia.

Quanto à sugestão para melhorar a resposta a uma situação de emergência surgem indicações no sentido de acabar com a burocracia, apostar na informação e criação de formas de transmissão de conhecimentos. E quando questionados de “como poderia ser organizada a resposta para o inquirido e outras pessoas em igual circunstância, caso não fosse possível auto proteger-se”, a resposta é categórica: devem ser criados abrigos, zonas ou locais seguros devidamente sinalizados que

deviam ser dados a conhecer a todos através de visitas, simulacros ou sinalização própria.

O envelhecimento da população coloca muitos desafios e urge a necessidade de criar soluções reais na vida destas pessoas. É neste contexto que surge o projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”.

5. Projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”

No âmbito do mestrado de Riscos e Proteção Civil, a autora em parceria com o Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC Lisboa) desenvolveram o projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”. “Hoje por Vós, Amanhã por Nós” pretende ser um projeto paradigmático de Educação para a Resiliência, que visa atingir a população sénior através do formato de educação presencial de acesso gratuito através das Universidades ou Academias Seniores.

Este projeto tem como objetivo principal semear informação e conhecimento promovendo uma aprendizagem sobre a prevenção em proteção civil aumentando a capacidade do cidadão sénior de superar obstáculos em situações adversas que pode salvar vidas, evitar perdas, envolver a população, melhorar a sua preparação de forma a que se possam defender e ajudar a defender os outros, em caso de catástrofe ou calamidade. Como objetivos secundários, este projeto pretende promover uma nova forma de sensibilização da comunidade sénior para a prevenção do risco e, ao mesmo tempo, ser um recurso de apoio ao trabalho do professor, disponibilizando um conjunto de ações de formação, a partir do seu plano integrado de formação.

Como resultado desta parceria foram criados, até ao momento, cinco ações de formação: Todos Somos Proteção Civil – o papel do cidadão; Quando a terra treme – saiba o que fazer; Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade; Primeiros Socorros; Incêndios – conhecer para prevenir.

5.1. Todos somos Proteção Civil – o papel do cidadão

A construção de uma cultura de segurança é efetuada diariamente por todos, através de comportamentos, atitudes, etc. A ação de formação a seguir descrita (Tabela 6) surge na tentativa de contribuir para o aumento da cultura de segurança no nosso País e de chegar à população sénior, dando-lhes a conhecer que a proteção civil assenta no papel desempenhado por todos os cidadãos, realçando a necessidade de estarem preparados e que, assim, podem fazer a diferença face a uma catástrofe e/ou calamidade.

Tabela 6: Descrição da ação de formação “Todos Somos Proteção Civil – o papel do cidadão”.

Designação	Todos Somos Proteção Civil – o papel do cidadão
Carga Horária	175 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Conhecer a estrutura, missão e os fins da proteção civil . Conhecer os objetivos e agentes da proteção civil . Identificar os níveis e domínios da proteção civil . Identificar os principais riscos do seu concelho . Promover uma cultura de segurança
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> . Sala . Computador . Projetor . Folhetos . Filme/fotos . Exercício
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> . O que é a proteção civil . Missão e objetivos da proteção civil . Agentes da proteção civil . Domínios e níveis de atuação . Apresentação dos principais riscos naturais do concelho . O papel do cidadão

5.2. Quando a terra tremer – saiba o que fazer

Apesar de a terra tremer todos os dias, nem sempre o sentimos. No entanto, Portugal possui zonas particularmente sensíveis a este risco. Esta ação de formação (Tabela 7) procura chamar a atenção para o risco sísmico e para a importância de se adotar comportamentos que podem salvar vidas.

Tabela 7: Descrição da ação de formação “Quando a terra tremer – saiba o que fazer”.

Designação	Quando a terra tremer – saiba o que fazer
Carga Horária	45 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Identificar as zonas mais sensíveis a este risco . Perceber o que é um sismo e quais as possíveis consequências . Aprender a fazer – Baixar, Proteger, Aguardar . Participar no exercício a Terra treme
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> . Sala . Computador . Projetor . Folhetos . Filme/fotos
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> . O que é um sismo . Quais os efeitos causados pelo sismo . Baixar, Proteger, Aguardar . Participar no exercício a terra treme

5.3. Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade

Ao abrirmos diariamente os jornais ou a televisão deparamo-nos com notícias de burlas e roubos no nosso país. Vítimas de isolamento social ou geográfico, são os idosos os alvos mais vulneráveis. Esta ação de formação (Tabela 8) surge da necessidade de os alertar para este tipo de risco, informando-os das situações mais comuns.

Tabela 8: Descrição da ação de formação “Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade”.

Designação	Tudo sobre Segurança – segurança para a terceira idade
Carga Horária	90 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">. Identificar situações mais comuns de perigo. Fortalecer relações com as forças de segurança. Preparar para melhor se defenderem. Promover ações de educação rodoviária. Como utilizar o número de Emergência - 112
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none">. Sala. Computador. Projetor. Folhetos. Filme/fotos
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none">. Boas práticas de segurança. Burlas, roubos e violência. Relação com as forças de segurança. Prevenção rodoviária. Número Europeu de Emergência - 112

5.4. Primeiros Socorros

É do senso comum que quanto mais rápido formos socorridos maior a probabilidade de sobrevivermos sem sequelas. Nesse sentido, surge esta ação de formação (Tabela 9) que pretende capacitar o cidadão sénior de conhecimentos que marquem a diferença na prestação do primeiro socorro às vítimas.

Tabela 9: Descrição da ação de formação “Primeiros Socorros”.

Designação	Primeiros Socorros
Carga Horária	315 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">. Reconhecer situações que coloquem vidas em risco. Providenciar o socorro o mais precocemente possível. Prevenir complicações. Acompanhar a vítima até à chegada do socorro especializado
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none">. Sala. Computador

	<ul style="list-style-type: none"> . Projetor . Folhetos . Filme/fotos . Manequim SBV adulto . Manequim SBV pediátrico . Ligaduras e compressas . Cobertor
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> . Cadeia de sobrevivência . SBV – Suporte Básico de Vida . Obstrução da via aérea . Posição lateral de segurança . AVC – Acidente Vascular Cerebral . Diabetes – Prevenção e atuação . Quedas – Prevenir e agir . Queimaduras, feridas e hemorragias

5.5. Incêndios – conhecer para prevenir

A melhor forma de reduzir o risco de incêndio é preveni-lo. Estes são na sua grande maioria, provocados por ação humana, de forma intencional ou negligente. Esta formação pretende ensinar como prevenir e agir em caso de incêndio rural (Tabela 10) ou urbano (Tabela 11).

Tabela 10: Descrição da ação de formação “Incêndios – o que fazer em caso de incêndio rural”.

Designação	Incêndios – o que fazer em caso de incêndio rural
Carga Horária	90 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Identificar os tipos de incêndio . Conhecer os efeitos associados aos incêndios . Identificar situações que podem constituir risco de incêndio . Medidas de autoproteção . Conhecer o programa Aldeia segura Pessoas seguras
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> . Sala . Computador . Projetor . Folhetos . Filme/fotos
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> . Boas práticas de segurança . Prevenção <ul style="list-style-type: none"> - Se reside junto a uma área florestal - Se for passear na floresta - Queimas e queimadas - Quando deve avisar as autoridades . Agir <ul style="list-style-type: none"> - Se estiver próximo do local de incêndio - Se o incêndio estiver perto de casa - Se estiver cercado por um incêndio - Em caso de evacuação

Tabela 11: Descrição da ação de formação “Incêndios – o que fazer em caso de incêndio urbano”.

Designação	Incêndios – o que fazer em caso de incêndio urbano
Carga Horária	90 min
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">. Identificar os tipos de incêndio. Conhecer os efeitos associados aos incêndios. Identificar situações que podem constituir risco de incêndio. Medidas de autoproteção
Recursos Didáticos	<ul style="list-style-type: none">. Sala. Computador. Projetor. Folhetos. Filme/fotos
Conteúdos	<p>Prevenção</p> <ul style="list-style-type: none">. Indicações gerais. Cuidados a ter na cozinha. Cuidados com os aparelhos elétricos. Cuidados a ter quando cheira a gás. Plano de evacuação <p>Como Agir</p> <ul style="list-style-type: none">. Como proceder em caso de incêndio. Cuidados a ter. Se ficar preso num edifício como deve proceder

De forma a desencadear um processo de melhoria contínua e o ajustamento dos programas e métodos em ações de formação futuras, no final de cada uma das sessões o formando preencherá um pequeno questionário para avaliar a sua opinião sobre a ação.

5.6. Ano Zero

Foi criada pela Câmara Municipal de Nisa no ano letivo de 2018/2019 uma nova disciplina a lecionar na Universidade Sénior – Saúde/Proteção Civil. Esta nasce da ideia distinta de quatro entidades do concelho, as farmácias Ferreira Pinto e São Damião, o Centro de Saúde de Nisa e o ISEC Lisboa, representado pela autora do projeto na qualidade de aluna do Mestrado em Riscos e Proteção Civil. A disciplina “Saúde e Proteção Civil” foi ministrada todas as segundas-feiras de cada mês das 11h30 às 12h30 dentro do horário letivo, ficando cada entidade com uma segunda-feira. Foram ministradas 30 sessões na biblioteca municipal, cabendo à autora oito sessões. Durante oito meses foi posto em prática uma parte do projeto acima divulgado. A avaliação do ano zero resulta da análise de um questionário aplicado aos formandos no final de cada sessão. O questionário era composto apenas por perguntas fechadas

de forma a avaliar os conteúdos programáticos e métodos utilizados, a formadora, a organização da ação de formação e a avaliação global (Anexo II).

5.6.1. Caracterização do grupo de formandos

O grupo de formandos era constituído por 36 alunas, com idades compreendidas entre os 55 e 78 anos, da Universidade Sénior de Nisa, todas do género feminino e provenientes das freguesias de Montalvão e União de freguesias de Nossa Senhora da Graça, Espírito Santo e São Simão. A grande maioria do grupo frequentava diversas disciplinas na Universidade Sénior, frequentando a Universidade pelo segundo ano consecutivo. No que concerne ao estado civil a maioria é casada. Em relação às habilitações literárias, estas variam entre a 4ª classe e o 9º ano.

5.6.2. Apreciação global da formação

A perceção geral é a de que o curso teve uma enorme aceitação pelo público alvo, excelente qualidade, estava bem estruturado, e que teve a duração adequada. De tal forma, que muitas das formandas falavam desta disciplina às colegas que não a frequentavam incentivando-as a ir demonstrando-lhes que era muito útil para o dia a dia.

Ao analisar as respostas dos formandos relativamente aos conteúdos programáticos e métodos (Figura 30) verifica-se que 92,67% (n = 33) das formandas considerou como muito bom os conteúdos das ações apresentadas. 97,2% (n = 35) classificou a estrutura dos conteúdos, bem como, o equilíbrio entre a exposição e a prática como muito bom. Quanto ao interesse/utilidade dos conteúdos lecionados, a adequação dos métodos utilizados aos temas tratados e a duração da ação de formação as formandas foram unânimes na apreciação considerando todos estes itens como muito bom.

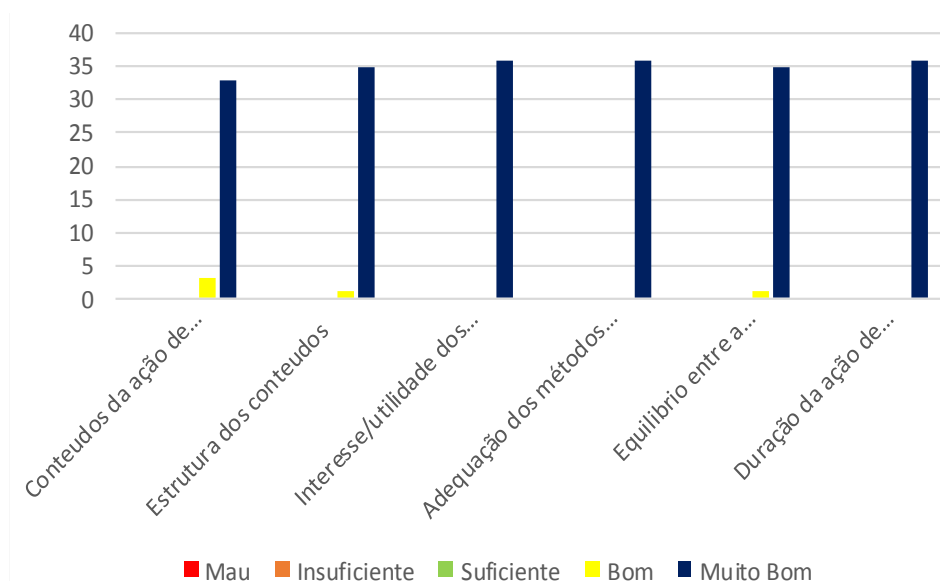


Figura 30: Grau de satisfação dos formandos em relação aos conteúdos programáticos e métodos.

Relativamente à formadora (Figura 31), as formandas mostraram-se totalmente satisfeitas em relação aos itens: domínio e clareza na exposição das matérias tratadas na ação de formação, estímulo à participação dos formandos nas sessões, relacionamento com os formandos, capacidade de motivar para as matérias lecionadas e pontualidade e cumprimento do horário das sessões. No entanto, quando falamos sobre a documentação e bibliografia suficiente e adequada apenas 69,4% (n = 25) se mostram muito contentes, havendo 19,44% satisfeitos e 5,55% (n = 2) nada satisfeitos. Tal deve-se à fotocopiadora da biblioteca municipal se encontrar algumas vezes avariada ou avariar a meio da sessão e nem todos os formandos recebiam a tempo a documentação apresentada nas diversas sessões. Todas as formandas criaram com a formadora uma cumplicidade saudável solicitando muitas vezes temas que gostariam que fossem abordados nas sessões.

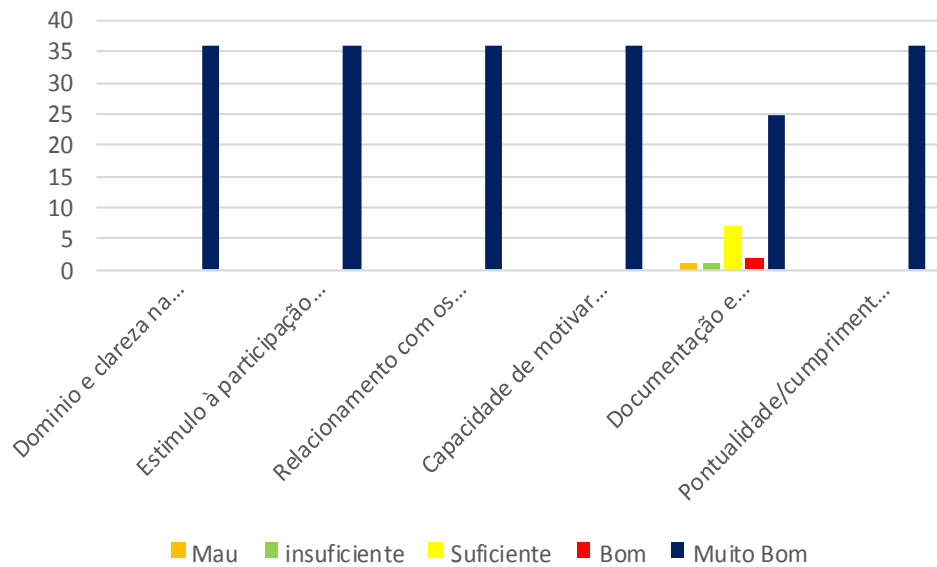


Figura 31: Grau de satisfação em relação à formadora.

Ao analisarmos a figura 32, sobre a organização da ação, verifica-se que esta é unânime, com todas as formandas a atribuíram o nível máximo à organização quando avaliados os itens: qualidade e adequação das instalações e equipamentos, condições físicas (salas, acessibilidades, etc.), organização administrativa, qualidade do atendimento, horário das sessões.

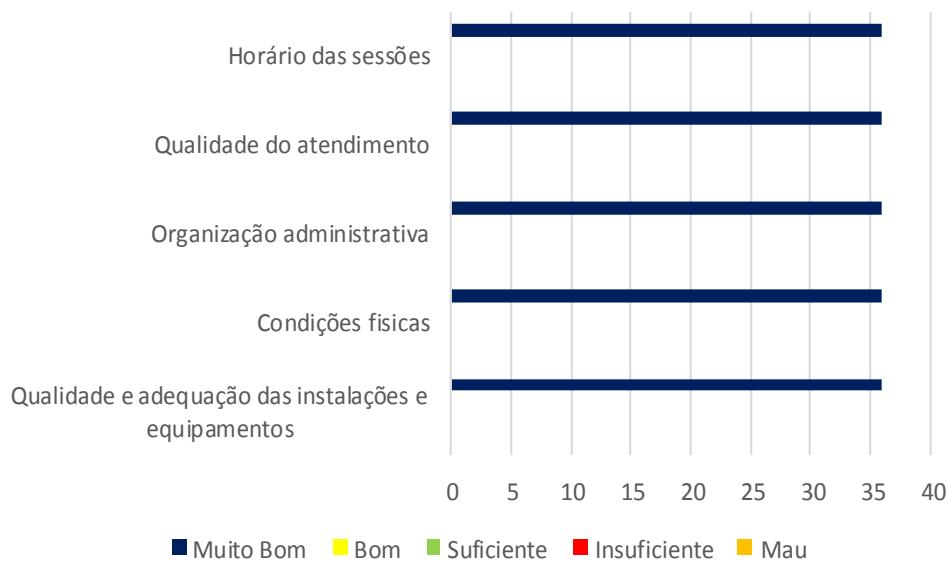


Figura 32: Grau de satisfação em relação à organização.

Pela análise da figura 33 podemos concluir que 100% das formandas consideram que os objetivos a que se propuseram foram atingidos, permitindo-lhes adquirir novos

conhecimentos. As matérias apresentadas foram bastante interessantes e recomendavam esta ação de formação a outros colegas e/ou amigos.

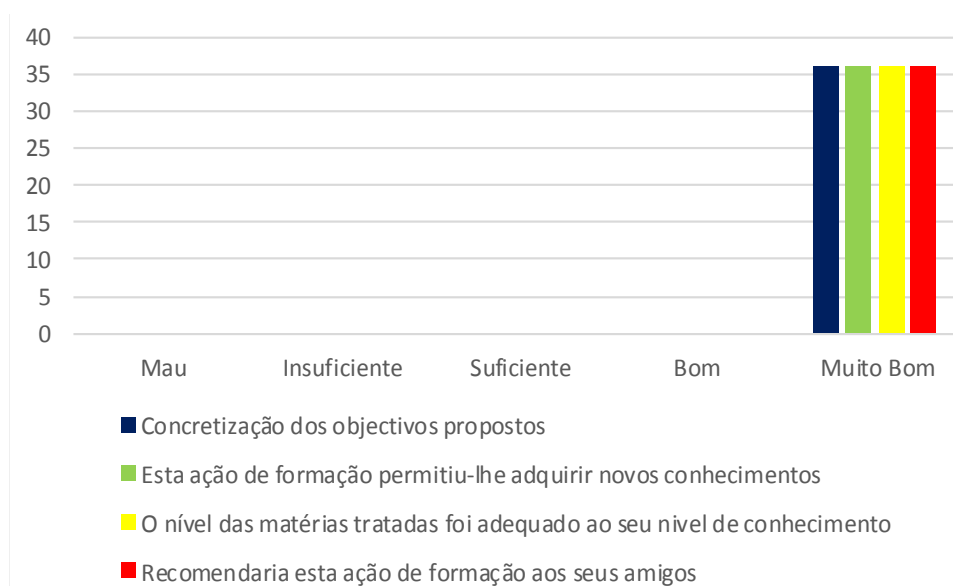


Figura 33: Grau de satisfação em relação à avaliação global da ação de formação.

5.6.3. Considerações gerais

Em termos globais, a avaliação da formação é bastante positiva. A maioria dos formandos considera que as ações de formação foram bem organizadas, com uma duração e estrutura adequada, referindo que as suas expectativas foram excedidas. Os parâmetros avaliados, nomeadamente conteúdos programáticos, métodos, formadora, organização e avaliação global, foram sempre avaliados de forma bastante satisfatória. Pode-se, pois, concluir que o modelo de formação é adequado à maioria dos formandos.

Afim de refletir uma perspetiva global da ação de formação efetuou-se uma análise SWOT (*Strengths* - Forças, *Weaknesses* - Fraquezas, *Opportunities* - Oportunidades e *Threats* - Ameaças), permitindo identificar estratégias e ações de melhoria, como meio de diagnóstico estratégico integrado num processo de melhoria continua (Tabela 12).

As oportunidades e ameaças decorrem de tendências identificadas numa análise de ambiente externo. Podemos encarar as oportunidades como base de planeamento e as ameaças como oportunidades latentes. Quando falamos em pontos fortes e fracos referimo-nos às vantagens e desvantagens internas.

Tabela 12: Análise SWOT da formação.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">- Número de formandos inscritos- Qualidade das instalações e material didático à disposição- Pertinência dos temas apresentados- Forte cooperação com os parceiros institucionais- Diversidade de valências oferecidas- Interesse demonstrado pelos formandos- Prestação de serviço á comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Documentação fornecida atempadamente- Escassez de oferta de unidades curriculares em proteção civil- Fraca promoção da ação de formação
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Aprendizagem ao longo da vida- Criar condições para ter a documentação no início da ação de formação- Realização de simulacros- Novas formas de aprendizagem- Prestação se serviço à comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Tendência demográfica- Desvalorização atribuída ao cidadão sénior- Importância dada aos Riscos/Proteção Civil- Indefinição do papel do cidadão sénior como agente de proteção civil

Como sugestões de melhoria propõe-se promover programas de investigação, fortalecer oferta de aprendizagem ao longo da vida, aproveitando parcerias, através de pequenas ações de formação. Criar observatório do cidadão para partilha de boas práticas na área da Responsabilidade Social/Proteção Civil. Criar programas atrativos de captação de formandos. Dinamizar workshops entre várias entidades para partilha de boas práticas.

Da análise SWOT salienta-se um grande ênfase na partilha de conhecimentos. Foram identificadas três pontos fracos e quatro ameaças, destacando-se: o envelhecimento populacional, a desvalorização atribuída aos risco e proteção civil, bem como, ao cidadão sénior, e a indefinição do mesmo enquanto agente de proteção civil.

Na análise dos pontos fortes fica realçada a prestação de serviço à comunidade, os temas tratados e a forte cooperação entre os diversos parceiros que lecionaram esta ação de formação.

A divulgação das ações de formação por parte dos formandos a outros colegas da Universidade e o convite da Presidente da Câmara para lecionar no próximo ano letivo, a pedido dos formandos numa avaliação feita pela Câmara a todas as disciplinas lecionadas este ano na Universidade Sénior, são também evidências do sucesso do Projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”.

Em futuras edições é necessário ter em conta que o material didático deve ser disponibilizado no final de cada sessão. As sessões práticas devem ter mais que um formador de forma a organizar grupos mais pequenos de modo a facilitar e aumentar o tempo de treino.

6. Conclusões

É conceptual e de senso comum que Portugal não tem uma cultura de segurança. Ora, todos sabemos que uma cultura de segurança, a par de qualquer outra, é efetuada diariamente. Na verdade, é a ilação diária do resultado de comportamentos, atitudes, ações, valores, envolvimento e tomadas de decisão e ação por parte de todos, contribuindo direta ou indiretamente para a sua segurança, do local onde reside e do próprio sistema como um todo.

Este caminho evolutivo que conduziu à introdução e adoção de boas práticas em matéria de risco e proteção civil, encontra-se, entre outros, mais recentemente consagrado na legislação atual. Sendo o foco atual a prevenção, são vários os mecanismos que temos ao dispor para dar consecução a este objetivo e imperativo legal.

No entanto, a implementação prática de processos e hábitos seguros pode, independentemente da sua dimensão, constituir-se num forte desafio. Todos sabemos o quão difícil é mudar mentalidades. O modelo a adotar dependerá sempre de cada organização, das suas próprias características e envolventes.

Sendo certo que em caso de catástrofe ou calamidade ou mesmo um incidente mais pequeno, nos primeiros momentos estamos sozinhos. Não há bombeiros, GNR, PSP, INEM, FEPC, GIPS ou qualquer outra entidade. Estamos sós com aqueles que se encontram perto de nós, podendo conhecê-los ou não. Então, depende de nós, e daqueles que estão perto de nós, socorreremo-nos. E é aqui, na capacidade de autoproteção de cada um nós que o socorro é decisivo. O resto do Socorro somos todos nós, a sociedade. E como diz Godinho (2015), a *“consciência dos cidadãos sobre as catástrofes e desastres a que podem estar sujeitos minimiza o seu grau de vulnerabilidade em relação a estes acontecimentos – quanto maior a informação e a preparação do cidadão para estes fenómenos, maior será a sua preparação para zelar pela sua segurança”*.

A vulnerabilidade do cidadão em relação aos desastres naturais e catástrofes diminui à medida que aumenta a informação de que dispõe para fazer frente a esses

riscos. A sua capacidade de resposta depende da eficácia da comunicação de risco feita pelos organismos ligados à proteção civil, a quem cabe informar e alertar para o risco.

Aposta-se muito em ações de sensibilização à população infantil e juvenil, descorando-se a população sénior que por diversos fatores tende a crescer vertiginosamente.

Como afirma Oliveira (2019), *“o envelhecimento terá de ser uma área prioritária da investigação no nosso país. A médio prazo, a comunidade científica deverá focar-se no estudo do envelhecimento e não numa patologia em particular, como tem sido o caso até agora. Até porque o envelhecimento não é um assunto de modas, é uma questão de todos os dias que mexe com os alicerces de um país e de todo o seu povo”*.

Esta dissertação permite validar algum do conhecimento adquirido por senso comum em matéria de informação e sensibilização à população sénior. Existem alguns projetos locais, como, por exemplo, o projeto (1) “Aldeia Segura Pessoas Seguras”, que é um programa de Proteção de Aglomerados Populacionais e de Proteção Florestal, da ANEPC; (2) “Idosos em segurança: na rua e em casa”, promovido pela GNR. O Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais desenvolve algumas ações na área da sensibilização e informação pública para a população do seu concelho, dividindo-a entre as escolas dos municípios e lares de idosos e centros de dia, na vertente simulacros, entre outros, a serem implementados de forma a colmatar esta deficiência. No entanto, tais ações revelam-se manifestamente insuficientes, pois não chegam à grande maioria da população.

A implementação deste estudo nem sempre foi fácil, pois alguns dos inquiridos mostraram-se reticentes em responder, havendo mesmo aqueles que se negaram. Muitos desconhecem que são agentes de proteção civil e não se encontram minimamente interessados no tema. Outros, porém, mostraram ter sede de conhecimento perguntando mesmo como poderiam fazer para obter algumas informações.

Após aferir o conhecimento de uma amostra da população do concelho de Nisa e de Vila Velha de Ródão sobre os riscos do seu concelho, os resultados apontam para uma colossal falta de conhecimento. Realce-se ainda o facto de a informação não estar a chegar aos cidadãos seniores, tornando-os mais vulneráveis ao risco. No entanto, apesar do desconhecimento sobre o assunto, que é transversal a género, idade e

habilitações literárias, os resultados evidenciaram uma enorme vontade de aprender. O estudo revelou que, em caso de catástrofe ou calamidade, a resiliência do cidadão sénior é baixa e não está associada às variáveis sociodemográficas. Apesar da pouca experiência dos cidadãos seniores inquiridos em termos de voluntariado o estudo revelou uma apetência ciclópica para a interajuda.

Por tudo o que foi exposto anteriormente, é urgente mudar o modelo e realçar a necessidade de uma nova visão, de uma mudança de paradigma.

É importante salientar a necessidade de implementação de programas que visem ampliar os atuais conhecimentos na área da proteção civil na terceira idade, proporcionando, assim, uma melhoria na autoestima e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento e otimização da sua resiliência. Tais programas devem apresentar carácter multidisciplinar e se fundamentar na implantação de alternativas de participação.

É de certa forma para colmatar uma necessidade identificada que surge o projeto “Hoje por Vós, Amanhã por Nós”. É um projeto que se aspira ser de cariz nacional e ministrado em academias e universidades seniores ou outras instituições que demonstrem interesse. Este projeto, em parceria com o Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa (ISEC Lisboa), pretende municiar o cidadão sénior de conhecimentos teórico-práticos tornando-o mais resiliente em situações de catástrofe ou emergência.

Todos sabemos que a formação e sensibilização assume diversas funções, uma das quais é centrar-se na preparação e consciencialização dos cidadãos para os riscos e perigos a que se encontram expostos no seu dia-a-dia. Na realidade, cidadãos formados e treinados integram-se com maior facilidade na Cultura de Segurança do seu concelho e desenvolvem muitas vezes o autocontrolo, assumindo cada um o papel de “fiscal de si próprio”, com o objetivo de garantir a sua segurança e da sua família, adquirindo confiança e bem-estar que levam ao crescimento como cidadão no papel de principal agente de proteção civil.

Pretende-se que a investigação desenvolvida possa ser aplicada de forma a consciencializar todos os cidadãos, em especial aqueles que possuem responsabilidades políticas para com os cidadãos seniores a nível local, concelho, distrital e mesmo nacional.

Todos sabemos que janelas de oportunidade são períodos raros que criam ambientes perfeitos para grandes transformações. Aqui está a oportunidade.

O estudo mostra que há uma faixa etária da população, aquela que se torna de dia para dia cada vez maior, que quer aprender, que quer participar. A população *“tem já uma forte consciência da necessidade de inclusão daquilo a que podemos chamar uma «cultura do risco»”* (Teles 2018). É uma chance única para promovermos o envelhecimento ativo que, segundo Lopes (2007), *“é a chave para promover qualidade de vida e bem-estar até ao fim”*. Não deve ser apenas uma intenção, mas uma dinâmica que chegue a todos os idosos. A velhice deve ser encarada como uma etapa plena da vida e não como apenas viver na inquietação de ver os seus dias chegarem ao fim. Com saúde, autonomia e inseridos na sua comunidade, os anos da velhice podem ser vividos como uma experiência renovadora e partilhada com as gerações mais novas. As políticas sociais e de saúde devem ter no seu horizonte o envelhecer como saúde, participação e segurança. *“As estratégias implementadas podem incluir uma nova cultura de cuidar, em que a família e o próprio idoso sejam parceiros das decisões e dos planos de cuidados. Em situação de fragilidade e dependência, é importante manter o idoso inserido na sua comunidade. Os recursos formais e informais devem interligar-se para que haja uma verdadeira continuidade de cuidados, uma rede de proteção que possibilite a continuidade de vida com qualidade, mesmo quando se transita entre instituições de saúde e sociais ou familiares”* (Lopes, 2007).

Vivemos cada vez mais numa sociedade global em que é fundamental cultivar as relações sociais e afetivas de modo que se tornem em recursos de bem-estar. Envelhecer num ambiente protetor é o desafio de construir uma sociedade para todos, sobretudo para o cidadão sénior.

Referências bibliográficas

Antunes, M.C. (2017). Educação e bem-estar na terceira idade. *Revista Kairós Gerontologia*, 20(1), pp. 155-170. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

Araújo, M. (2017). Alentejo sustentável: um objetivo, uma estratégia. *Jornal online Universidade de Évora*.

Coelho, C.S. (2016). Envelhecimento e saúde em Portugal. Práticas e desafios num cenário de aumento da população idosa (1974 – 2031). Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 479 pp.

Ferreira, A., “Dados de base de sedimentos fluviais de amostragem de baixa densidade de Portugal continental: Estudo de factores de variação regional.” s.d.

Frazão, A.C.F. (2016). Vidas de idosos. Reviver o passado para construir um futuro mais ativo. Tese de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria, 159 pp.

Ganilho, E.J.S. (2011). Alterações Climáticas: Uma questão transnacional. Livro de atas do I Congresso internacional do OBSERVARE. http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3294/1/Eduardo_Ganilho.pdf

Godinho, C.S.S.L. (2015). Comunicação de Risco: Uma análise sobre o efeito da comunicação de risco feita pela proteção civil em Portugal. Tese mestrado, Universidade Europeia, 64 pp.

INE (2018). Instituto Nacional de Estatística.

Janczura, R. (2012). Risco ou vulnerabilidade social?. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 11(2): 301-308.

Lopes, L.M.P. (2007). Envelhecimento activo: uma via para o bem-estar”. *Forum Sociológico*, Série II, No. 17, pp. 65-68. <https://journals.openedition.org/sociologico/1639>

Maalouf, A. (2009). Um mundo sem regras. Difel, 288 pp. ISBN: 9789722909556.

Machado, A.B.M. (2012). Percepção do risco e implementação de uma cultura de segurança: construindo comunidades educativas resilientes. Tese de mestrado, IGOT, Universidade de Lisboa, 133 pp.

Nisa, Câmara Municipal de Nisa (2014). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Nisa, Câmara Municipal de Nisa (2015). Nisa em rede – Diagnóstico social.

Nisa, Câmara Municipal de Nisa (2015). Plano Director Municipal.

Oliveira, S.D. (2019). Envelhecer é uma arte, não é uma doença. Jornal de Notícias, junho, 2019. <https://www.noticiasmagazine.pt/2019/envelhecer-e-uma-arte-nao-e-uma-doenca/historias/239478/>

Pocinho, M.T.S. (2007). Factores Socioculturais, Depressão e Suicídio no Idoso Alentejano. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 290 pp.

Porém, E., Guaraldo, T.S.B. (2012). Informação, conhecimento e comunicação em organizações do conhecimento. DataGramZero - Revista de Informação, 13(1), 1 pp. <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50760>

Prazeres, C.M. (2011). Caracterização geoquímica, radiométrica e mineralógica de algumas mineralizações de urânio da região de Nisa. Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 109 pp.

Proença Cunha, P., Martins, A.A. (2000). Património geológico e geomorfológico da área de Vila Velha de Rodão. Estudos do Quaternário, 3. APEQ, Lisboa, p. 91-104.

Relatório Eurostat (2019).

Rodão, Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão (2015). Diagnóstico Social.

Rodão, Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão (2015). Plano Director Municipal de Vila Velha de Rodão.

Rodão, Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão (2015). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Velha de Rodão.

Rosa, B.E.P.L. (2012). Sénior, o Turista do Futuro – Um Estudo Abrangente do Turista Sénior Português. Tese de mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, 99 pp.

Rosado, P.I.B. (2018). O contributo das aprendizagens realizadas em universidades da terceira idade na promoção de um envelhecimento ativo. Tese de mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre, 278 pp.

Schneider, R.H., Irigaray, T.Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos e sociais. Estudos de Psicologia, Campinas, 25(4): 585-593. <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>

Slovic, P. (2000). The Perception of risk. Earthscan, London, 474 pp.

Teles, V. (2001). Riscos naturais e sociedade: estudo de caso no concelho de Braga. *Territorium*, 8, 16 pp.

Varela, C.C.B. (2012). O Impacto dos Cursos de TIC das Universidades Sénior na Inclusão Digital da Terceira Idade. Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, 81 pp.

ANEXOS

Anexo 1 – Inquérito por Questionário



INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito insere-se no plano de estudos do 2º ano do Mestrado em Riscos e Proteção Civil, ministrado no Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa. O objetivo deste inquérito é o levantamento dos riscos existentes na área de residência dos concelhos de Nisa e Vila Velha de Rodão e aferir a perceção dos mesmos pelo público-alvo. As informações recolhidas neste inquérito são anónimas e confidenciais, e serão utilizadas exclusivamente para tratamento estatístico. Muito obrigado pela sua colaboração.

I – Dados pessoais

1.1. Idade:

50-59		60-69		70-79		80-89		90-99	
-------	--	-------	--	-------	--	-------	--	-------	--

1.2. Sexo:

Masculino Feminino

1.3. Escolaridade

<input type="checkbox"/>	Não sabe ler/escrever
<input type="checkbox"/>	4ª Classe
<input type="checkbox"/>	6º Ano
<input type="checkbox"/>	9º Ano
<input type="checkbox"/>	12º Ano
<input type="checkbox"/>	Bacharelato
<input type="checkbox"/>	Licenciatura
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Doutoramento
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual? _____

1.4. Onde reside?

Concelho:

Nisa

Vila Velha de Rodão

Freguesia: _____

1.5. Situação Profissional

- Doméstica
- Desempregado
- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Reformado
- Outro. Qual? _____

II – Riscos e proteção civil

2.1. Considera o seu concelho seguro?

Sim Não

2.2. Quais **os Riscos** do seu concelho?

- Acidente ferroviário
- Acidente nuclear
- Acidente com veículos de transporte de matérias perigosas
- Acidentes rodoviário
- Ataque terrorista
- Contaminação de rios
- Desabamentos
- Deslizamentos de terras
- Epidemias
- Erosão do litoral
- Incêndio rural
- Incêndio urbano
- Indústrias Seveso
- Rotura de barragens

- Sismos
- Tempestades e ondas de calor
- Tsunamis
- Outro. Qual? _____

2.3. Onde obteve informação sobre os riscos do seu concelho?

- Ações de formação
- Internet
- Jornais/revistas
- Senso Comum
- Serviço Municipal de Proteção Civil
- Outro. Qual? _____

2.4. Sabe o que é o Plano Municipal de Emergência?

Sim Não

2.5. Tem conhecimento do conteúdo do Plano Municipal de Emergência?

Sim Não

2.6. Como pode aceder ao Plano Municipal de Emergência?

- Bombeiros
- Câmara Municipal
- Internet
- GNR
- Jornais/revistas
- Junta de Freguesia
- Serviço Municipal de Proteção Civil
- Outro. Qual? _____

2.7. Em caso de calamidade quem o socorre? Numere as opções por prioridade, sendo 1 o mais prioritário e 6 o menos prioritário.

- Amigos
- Bombeiros

- Família
- GNR
- Junta de Freguesia
- Serviço Municipal de Proteção Civil
- Vizinhos
- Outro. Qual? _____

2.8. Já alguma vez participou num Exercício/Simulacro de emergência?

Sim Não

Se respondeu **sim**, diga:

2.8.1. Onde? _____

2.8.2. Qual o tipo de simulacro realizado?

- Acidente rodoviário
- Incêndio rural
- Incêndio urbano
- Sismo
- Outro. Qual? _____

2.8.3. Quem organizou o exercício/simulacro?

- Bombeiros
- Forças de Segurança (GNR ou PSP)
- Serviço Municipal de Proteção Civil
- Outros. Quem? _____

III – Formação e sensibilização

3.1. Em caso de calamidade sabe o que fazer?

Sim Não

3.2. Sabe para onde se deve dirigir?

Sim Não

Se respondeu **sim**:

3.2.1. Para onde se deve dirigir? _____

Se respondeu **não**:

3.2.2. Porquê?

- Desconhece para onde se deve dirigir
- Não existe local definido
- Outros. Qual? _____

3.3. Considera-se informado sobre os riscos do seu concelho?

Sim Não

3.4. Gostaria de aprofundar o seu conhecimento sobre os riscos existentes no seu concelho?

Sim Não

3.5. Qual o tipo de formação que acha mais importante?

- Formação na área da emergência médica
- Formação em medidas de autoproteção
- Formação em proteção e socorro
- Outro. Qual? _____

IV – Voluntariado

4.1. Tem experiência de voluntariado?

Sim Não

Se respondeu **sim**, diga:

4.1.1. Há quanto tempo faz voluntariado? _____

4.1.2. Qual a instituição/associação onde faz voluntariado? _____

4.1.3. Em que área de intervenção? _____

4.2. Gostaria de fazer parte de um grupo de voluntários para auxílio no seu concelho?

Sim Não

Se respondeu **sim**, diga:

4.2.1. Qual a área?

- Área emergência médica

- Área da assistência social
- Área da logística
- Outra. Qual? _____

V – Inclusão

5.1 Onde vive?

- Casa própria
- Casa de familiares
- Residência/Lar sénior
- Outro (qual) _____

Se reside em casa própria ou de familiares?

5.1. 1. Com quem vive?

Sozinho

Acompanhado

5.1.2. Se vive acompanhado, com quem vive? _____

5.2. Onde passa habitualmente o seu tempo?

- Casa
- Centro de dia
- Residência/Lar sénior
- Outro. Qual? _____

No caso de passar o seu tempo num centro de dia ou numa residência/lar sénior

5.2.1 Conhece o plano de evacuação do(a) centro de dia/ residência/lar sénior?

Sim Não

5.3. A sua casa está num ambiente envolvente seguro?

Sim Não

5.4. Em caso de calamidade como gostaria de ser informado?

5.5. Que sugere para melhorar a resposta a uma situação de emergência?

5.6. Se não for possível Auto proteger-se, como pensa que poderia ser organizada a resposta para si e outras pessoas nas mesmas condições?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo 2 – Avaliação da ação de formação



Mestrado em Riscos e Proteção Civil

Instituto Superior de Educação e Ciências

Questionário de Avaliação da Ação de Formação - Formando/a

Ação/ Módulo

Formador/a: _____

A sua opinião sobre esta ação que terminou é, para nós, muito importante, pois permite desencadear um processo de melhoria contínua e o ajustamento dos programas e dos métodos em ações futuras. Por favor, marque um (X) à frente de cada um dos parâmetros abaixo indicados, numa escala de 1 a 5 valores, sendo atribuído ao valor 1 "nada" e ao valor 5 "muito" conforme a sua opinião.

A - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E MÉTODOS

	1	2	3	4	5
	Nada				Muito
1. Conteúdos da ação de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Estrutura dos conteúdos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Interesse/utilidade dos conteúdos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Adequação dos métodos utilizados aos temas tratados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Equilíbrio entre a exposição teórica/prática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Duração da ação de formação (adequação do tempo ao programa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B - FORMADOR/A

	Nada			Muito	
	1	2	3	4	5
7. Domínio e clareza na exposição da(s) matéria(s) tratada(s) na ação de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Estímulo à participação dos/as formandos/as nas sessões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Relacionamento com os/as formandos/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Capacidade de motivar para as matérias lecionadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Documentação e bibliografia suficiente e adequada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Pontualidade / cumprimento do horário das sessões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C- ORGANIZAÇÃO

	Nada			Muito	
	1	2	3	4	5
13. Qualidade e adequação das instalações e equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Condições físicas (salas, acessibilidades, etc...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Organização administrativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Qualidade do atendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Horário das sessões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

D - AVALIAÇÃO GLOBAL DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

	Nada			Muito	
	1	2	3	4	5
18. Concretização dos objetivos propostos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Esta ação de formação permitiu-lhe adquirir novos conhecimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. O nível das matérias tratadas foi adequado ao seu nível de conhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Recomendaria esta ação de formação aos seus amigos/colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>